

Gestão

TCE PB 2015/2016

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba | 2017

AUDITORIAS OPERACIONAIS

Contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão pública



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Compromisso com a eficiência, transparência e agilidade no controle e serviços à sociedade





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



7 Carta ao leitor

- 10 Gestão e Sociedade
- 12 Plano Estratégico
- 13 IEGM e políticas públicas



16 Decisões dos colegiados

- 17 Resoluções aprimoram gestão



19 Redução de gastos

- 21 Auditorias operacionais
- 27 Medição de desempenho
- 28 Qualidade Atricon



30 Auditorias em destaque

- 31 TCE fiscaliza MEC
- 32 Atuação internacional
- 33 TCE e o crescimento regional



34 Sustentabilidade garantida

- 39 Previdência Social – RPPS
- 40 TCE debate crise na RPPS



41 Gestão e orientação



42 ECOSIL se consolida

- 44 Interação com gestores
- 47 Governança e gestão na saúde
- 49 Sistema 100% digital



51 Fórum para gestores

- 53 Transição normatizada



54 Apuração de Débitos

- 55 Transparência em evolução
- 57 Colaboração com Justiça Eleitoral
- 58 Crise hídrica no semiárido



60 Sérgio Moro no TCE/PB

- 65 Fórum permanente da falésia
- 67 Tecnologia a favor da eficiência
- 71 Ministério Público de Contas
- 73 Ouvidoria e cidadania
- 75 Parceria contra corrupção



78 Ações solidárias

- 82 Eleições para o novo biênio
- 84 Cultura e conhecimento
- 87 Sistema eletrônico



88 Aniversário do TCE/PB

- 89 Comunicação aperfeiçoada



Inovações e mais avanços

—
**“Os êxitos
 alcançados só
 foram possíveis
 graças à união e
 esforços de todos.”**
 —

A força e a velocidade dos fatos *atalharam a respeitabilidade de instituições que se fizeram ainda mais fortes em defesa da cidadania. No biênio em que se encerra, deixamos nossa contribuição para o fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que sempre esteve na vanguarda do controle externo das gestões públicas.*

Avançamos. Seguimos em frente, a passos largos. Ampliamos a visão estratégica, com inovações a serviço do controle.

Os êxitos alcançados, em completa consonância com o planejamento estratégico, só foram possíveis graças à união e esforços de todos os colaboradores, servidores, integrantes do Ministério Público de Contas e conselheiros.

Reforçamos nosso compromisso com o desenvolvimento da Administração Pública e com o fortalecimento da democracia em favor da sociedade.

Continuamos num processo virtuoso de mudanças constantes.

Contamos e registramos aqui parte de toda essa história. Temos a convicção da fidelidade dos fatos, que honram nosso compromisso de olhar para o futuro.

Boa leitura.

Arthur Paredes Cunha Lima
Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, na gestão do biênio 2015/2016



ESTA É UMA PUBLICAÇÃO OFICIAL DO
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Visite nosso site: portal.tce.pb.gov.br

COMPOSIÇÃO

Arthur Paredes Cunha Lima
Conselheiro | Presidente

André Carlo Torres Pontes
Conselheiro | Vice-Presidente

Fernando Rodrigues Catão
Conselheiro | Corregedor Geral

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Conselheiro | Presidente da 1ª Câmara

Arnóbio Alves Viana
Conselheiro | Presidente da 2ª Câmara

Antônio Nominando Diniz Filho
Conselheiro | Ouvidor do TCE

Marcos Antônio da Costa
Conselheiro | Coordenador da
Escola de Contas (Ecosil)

Antônio Cláudio Silva Santos
Antônio Gomes Vieira Filho
Renato Sérgio Santiago Melo
Oscar Mamede Santiago Melo
Conselheiros Substitutos

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sheyla Barreto Braga de Queiroz
Procuradora Geral

Luciano Andrade Farias
Subprocurador Geral (1ª Câmara)

Manoel Antonio dos Santos Neto
Subprocurador Geral (2ª Câmara)

Elvira Samara Pereira de Oliveira
Isabella Barbosa Marinho Falcão
Marcílio Toscano Franca Filho
Bradson Tibério Luna Camelo
Procuradores

Nivaldo Cortes Bonifácio
Diretor Executivo Geral

Francisco Lins Barreto Filho
Diretor de Auditoria
e Fiscalização

Dinancy Montenegro do Nascimento
Diretora de Apoio Interno

Ed Wilson Fernandes de Santana
Assessor Técnico Chefe

Humberto Carlos do Amaral Gurgel
Consultor Técnico

Francisco José Pordeus de Souza
Coordenador de Planejamento

Flávio Roberto Gondim Vital
Coordenador de Controle Interno

Naara Gomes Araújo Cavalcanti
Coordenadora de Normatização

Ana Cristina Moreira da Cunha
Chefe de Gabinete da Presidência

Eugênio Gonçalves da Nóbrega
José Francisco Valério Neto
Consultores Jurídicos

Fábia Maria Carolino de Luna
Coordenadora da Assessoria de
Comunicação Social

Ana Silva Lopes Velloso Borges
Diretora da Ecosil

Flávio Sátiro Fernandes Filho
Diretor do Centro Cultural Ariano Suassuna

EXPEDIENTE

PRODUÇÃO EDITORIAL Assessoria de Comunicação Social do TCE/PB

TEXTOS Frutuoso Chaves Neto, Genésio de Sousa Neto, Fábica Maria
Carolino de Luna, Carlos César Ferreira Muniz e Marcos Tavares

PESQUISA Ana Lucia de Araújo e Doralice Gomes Gouveia

FOTOS Elias Félix e Acervo TCE/PB

Projeto Gráfico & Editoração

Tânia Miranda Freire
[flickr.com/photos/mirandafreiredesign](https://www.flickr.com/photos/mirandafreiredesign)

Impressão

Liceu Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 1.000 exemplares
Distribuição Gratuita



Gestão em sintonia com a sociedade

Focado na transparência, agilidade e eficiência, trabalho no biênio 2015/2016 é marcado por orientações aos gestores e avanços no controle externo

Transparência, agilidade e eficiência. Foram esses os pilares demarcados para o biênio da gestão do conselheiro Arthur Cunha Lima, que teve início em março de 2015 e chega ao final em março de 2017. Ao tomar posse como presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), em 13 de março de 2015, asseverou: “são estes os três compromissos que se impõem como mantra dessa

gestão”. Com ele, também eram empossados o vice-presidente, André Carlo Torres Pontes; o corregedor, Fernando Rodrigues Catão, o ouvidor, Antonio Nominando Diniz Filho; e os presidentes da 1ª e 2ª Câmaras do TCE, conselheiros Fábio Túlio Filgueiras Nogueira e Arnóbio Alves Viana.

O novo presidente sucedia o conselheiro **Umberto Silveira Porto**, que atingia os 70 anos, idade limite para a permanência no serviço público.

O papel e a missão das Cortes de Contas, como organismos do controle externo a serviço da moralização dos costumes e da proteção dos cofres públicos, foram enfatizados na gestão do conselheiro Arthur Cunha Lima.

O biênio foi marcado pela atuação de um Tribunal cada vez mais disposto à orientação dos jurisdicionados e à capacitação de quadros técnicos em benefício da sociedade, de seu patrimônio e de seus recursos.



Recebendo os cumprimentos do conselheiro aposentado e amigo Luiz Nunes; a saudação feita pelos conselheiros Fábio Nogueira e Demóstenes Cunha Lima (TCE/RN); a presença dos familiares, amigos e servidores; e o juramento do vice-presidente André Carlo Torres Pontes.



Conselheiro Arthur Cunha Lima prestando o juramento de posse diante da Mesa de autoridades.



Plano Estratégico aponta rumos para 8 anos

Diretrizes e metas para 2016 a 2023 reforçam compromisso com o papel e a evolução do TCE

O Tribunal de Contas da Paraíba aprovou o conjunto de providências atinentes a seu Plano Estratégico para 2016/2023, conforme termos da Resolução Administrativa nº 08/2016, publicada na edição de 30/05 do seu Diário Eletrônico.

Parte de uma série mais longa de iniciativas a serem adotadas, ininterruptamente, até 2023, o Planejamento Estratégico objetiva o aperfeiçoamento e padronização de técnicas, métodos, instrumentos e processos de trabalho do TCE/PB, em benefício do controle dos gastos e atos públicos e, portanto, da sociedade.

Também passam por esse conjunto de providências o aprimoramento de uma política de comunicação institucional (interna e externa), o estímulo ao controle social, a capacitação e orientação aos jurisdicionados.

O planejamento ainda institui o programa de capacitação continuada e especializada de servidores, uma política de gestão de pessoas com foco na remuneração e valorização funcional, além do uso eficaz dos recursos orçamentários e financeiros dispostos, suficientemente, à manutenção da estrutura e ações do TCE/PB.

Plano a serviço da cidadania

“O TCE que surge desse Plano Estratégico é um Tribunal que não teme avaliação. Assume a certeza de que só a constante análise crítica de suas ações permitirá a consolidação de uma cultura gerencial que melhore efetivamente os resultados da gestão pública em todos os níveis. Esse é um desafio que se mostra cada vez mais irreversível, exigindo do Tribunal avanços permanentes no desenvolvimento e emprego da tecnologia e na crescente qualificação de seus quadros.

O Plano aponta caminhos para esse aperfeiçoamento de pessoal e de sistemas, permitindo que o TCE continue a receber notas positivas por seu desempenho. O

credenciamento para a fiscalização de convênios nacionais e internacionais é um aval muito significativo do nível de qualificação de nosso pessoal e de nossos sistemas de controle. Os objetivos estão traçados, os caminhos serão definidos ano a ano.

A resolução de aprovação do novo Plano já prevê sua revisão anual a cada trimestre. O alargamento do horizonte de planejamento para os próximos oito anos envolve o princípio básico e consolidado de que os gestores atuais e futuros trabalhem na mesma perspectiva de viabilização da missão de ser instrumento a serviço da cidadania, confirmando, no futuro próximo, a trajetória de seus primeiros 45 anos.”

Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
Presidente do TCE/PB



IEGM ajuda condução das políticas públicas

TCE mobiliza prefeitos e constrói o ‘Índice de Efetividade da Gestão Municipal’, para auxiliá-los a decidir ou corrigir prioridades administrativas



Os gestores dos 223 municípios paraibanos passam a contar a partir de 2017, com uma ferramenta – o **Índice de Efetividade da Gestão Municipal** – capaz de auxiliá-los na consolidação do planejamento de suas políticas públicas, na definição e reavaliação de prioridades e nas necessárias correções de rumos das administrações. O indicador é fruto do maior estudo já feito sobre gestão pública dos municípios no país.

“O IEGM, além de ajudar na fiscalização da gestão pública pelos órgãos de controle e pela própria sociedade, também permite

mostrar se a visão e os objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Com isso, o prefeito e outros gestores podem orientar suas ações para melhorar os resultados dos projetos e das políticas públicas implementados”, observou Arthur Cunha Lima.

O TCE promoveu, no decorrer do segundo semestre de 2016, a mobilização dos prefeitos para obtenção e sistematização das informações e dados necessários à composição do IEGM, que na Paraíba foi instituído pela Resolução TC 04/2016, aprovada em sessão do Pleno em 15 de junho.

FOCO EM SETE ÁREAS – Essa avaliação focou diretamente a execução orçamentária dos municípios levando em conta sete áreas, tecnicamente chamadas de “dimensões”, que foram consolidadas e resultaram ao final em um único índice que indica o grau de efetividade da gestão. Os setores avaliados para compor o IEGM são: **Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.**

COMISSÃO – A comissão designada pelo presidente Arthur Cunha Lima para desenvolver o IEGM foi composta pelos servidores: Nivaldo Cortes Bonifácio, Francisco Lins Barreto Filho, Francisco José Pordeus de Souza, Flávio Roberto Gondim Vital, Severino Claudino Neto, Marilza Ferreira de Andrade e Josediton Alves Diniz, sob a coordenação geral do servidor Humberto Carlos do Amaral Gurgel.

Reconhecimento em congresso internacional de controle externo

O Tribunal de Contas Estado da Paraíba foi reconhecido, nacionalmente, por haver assegurado a participação de todos os 223 municípios paraibanos no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), o maior estudo já feito sobre gestão pública dos municípios no país. A divulgação aconteceu no término do II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, realizado em São Paulo (SP), em dezembro.

O presidente do TCE/PB, Arthur Cunha Lima, e os conselheiros Fernando Catão e Marcos Costa, participaram do congresso junto com servidores responsáveis pelo trabalho, no âmbito da Corte. A homenagem foi simbolizada pela entrega de uma placa de reconhecimento, depois de uma apresentação especial feita por Catão, sobre o IDGPB – Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos na Paraíba, na área de educação.

Resultados no estado são apresentados para a imprensa

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba apresentou à imprensa, em 15 de dezembro de 2016, os resultados, em âmbito estadual, do 'Índice de Efetividade da Gestão Municipal', que servirão de subsídios aos novos prefeitos para ações em pontos críticos, por exemplo, na educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, tecnologia da infor-

Entrega de placa simbolizou o reconhecimento ao trabalho do TCE/PB durante o II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, realizado em São Paulo (SP)



Consellheiros Arthur Cunha Lima, André Carlo Torres e Marcos Costa participaram do congresso e destacaram a importância do IEGM para servir de parâmetro e contribuir com a aperfeiçoamento da gestão pública. O auditor Josedilton Diniz fez a apresentação técnica do Índice.



mação e proteção das cidades, de acordo com resultados do IEGM.

Ao abrir a apresentação, no plenário do TCE, o conselheiro presidente Arthur Cunha Lima destacou a importância do trabalho para contribuir com a aperfeiçoamento da gestão pública. Lembrou também da satisfação, como dirigente da Corte, de haver assinado a adesão ao IEGM na parceria firmada com o Instituto Rui Barbosa e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon.

O conselheiro André Carlo Torres, por sua vez, frisou que o IEGM funcionará com parâmetro às gestões que se iniciam em janeiro, além de ajudar à sociedade a exercer de forma ainda mais assídua o controle externo. “Ninguém acompanha nada sem referências, e o IEGM representa esse parâmetro”, disse.

Já o conselheiro Fernando Catão, que integrou a coordenação nacional responsável pelo desenvolvimento do indicador, frisou que ao expandir o uso da ferramenta para avaliar o conjunto das cidades do país se optou por não criar um ranking entre os municípios.

A parte técnica, e de explicação sobre como o índice foi composto e os seus resultados na Paraíba, ficou a cargo do auditor Josedilton Alves Diniz.



Conselheiro Fernando Catão fez em São Paulo, no evento internacional de controle, apresentação especial sobre o IDGPB, na área de educação. No TCE/PB, profissionais de imprensa acompanharam a divulgação do IEGM.



17,3 MIL DECISÕES

Colegiados do TCE produziram 10.346 decisões em 2015 e 6.984 em 2016



Acima, o Pleno. Ao lado, Conselheiro Fábio Nogueira, Presidente da 1ª Câmara.



Ao lado, Arnóbio Viana, presidente da 2ª Câmara.



O Tribunal de Contas da Paraíba julgou 902 processos no exercício, sob a presidência do conselheiro Arthur Cunha Lima, em 2016. Foram 49 sessões plenárias. Neste período, além de uma conta de Governo, foram examinadas contas anuais de 212 Prefeituras, 196 Câmaras Municipais, 29 Secretarias de Estado e 43 entes da administração indireta estadual.

O número de recursos julgados em sessões plenárias do TCE atingiu a cifra de 246, enquanto os processos decorrentes de denúncias e inspeções especiais, também levados a julgamento, somaram 26 (no primeiro caso) e 33 (no segundo).

CÂMARAS – Considerados os números alcançados pelas duas Câmaras, o volume de processos julgados no Tribunal de Contas do Estado chegou a 6.984, durante o exercício de 2016. Foram 4.800 atos de gestão de pessoal (em meio aos quais concessões de aposentadorias, pensões e reformas), 427 licitações e contratos, 115 denúncias e 258 processos decorrentes de inspeções especiais.

A 1ª Câmara do TCE, órgão presidido pelo conselheiro Arnóbio Viana, realizou 32 sessões e a 2ª Câmara, sob a presidência do conselheiro Fábio Nogueira, outras 34, no exercício.

Resoluções aprimoram e reestruturam a gestão

Atos instituem Matriz de Risco do TCE, modernizam sistemas eletrônicos e ajudam a racionalizar procedimentos de controle

No biênio, o Tribunal de Contas da Paraíba avançou de forma positiva na reestruturação de suas atividades-fins. Ao final, foram editadas 36 resoluções, entre normativas e administrativas, muitas delas voltadas ao processo de modernização e aprimoramento dos sistemas eletrônicos no âmbito das auditorias. Uma das novidades foi a implementação da Matriz de Risco, que trouxe mais racionalidade aos procedimentos de controle externo.

Essa sistemática, introduzida pela Resolução Administrativa nº 04/2016, permitiu avaliar, por meio de inspeção *in loco* já na instrução inicial das contas anuais, os riscos inerentes ao procedimento de seleção em relação aos municípios mais vulneráveis. A iniciativa considera ainda a necessidade de redução de estoques de processos de prestação de contas, possibilitando o acom-

panhamento, concomitantemente, da execução orçamentária, a fim de garantir maior efetividade às ações do Tribunal de Contas.

e inconsistências nas informações de receita e despesa. Aos critérios serão atribuídos pontos, que vão determinar o grau de risco de cada município.

O trabalho resultante da Matriz de Risco está relacionado com o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado, previsto para o período 2016-2023, regulamentado pela Resolução TC nº 03/2016. As resoluções nºs 05 e 06/2016, estabeleceram as metas de instrução, apreciação e julgamento dos processos do Tribunal no período entre abril de 2016 e março de 2017, observados o rol de iniciativas estratégicas para o exercício.

FESTIVIDADES – No período, o Tribunal editou a Resolução Normativa TC nº 07/2015, estabelecendo critérios para a realização de festividades no âmbito dos municípios. A norma aperfeiçoou as disposições em relação aos eventos custea-

RESOLUÇÃO:
Ato do TCE por meio do qual são reguladas matérias administrativas e assuntos de economia interna.

A Matriz de Risco trabalhou com foco nas contas de 2015, conforme previsto na resolução. Os critérios pré-estabelecidos foram adotados para mensurar os riscos na despesa empenhada, lapso temporal, contas julgadas irregulares, denúncias ou representações

dos com recursos públicos, já contidas nas Resoluções TC nºs 01/2013, e 03/2009, que regulamentam os procedimentos a serem adotados para a contratação de bandas, grupos musicais, profissionais ou empresas do setor artístico, com base no artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93.

Por meio de circular, no início do exercício de 2016, assim como fez em 2015, o presidente da Corte, conselheiro Arthur Cunha Lima, encaminhou alertas e cópias das resoluções a todos os prefeitos paraibanos, recomendando a prioridade nos pagamentos com despesa de pessoal, saúde, educação e outros serviços públicos essenciais. O documento chama a atenção para o cenário de grave crise por que passa o País e, ainda, para o fato de que, nessa época, grande percentual dos municípios da Paraíba está em situação de emergência em razão do longo período de seca.

EFETIVIDADE – Outra providência importante e que ensejou repercussão positiva para o Tribunal de Contas em nível nacional foi a instituição do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM. Por meio da Resolução TC RN nº 04/2016, o Índice foi implantado no âmbito do TCE e trata-se de um instrumento para medição e avaliação do desempenho da gestão pública brasileira. O método permitiu a aplicação de pesquisa em todos

os municípios do Estado, através de questionários, monitorados pelos sistemas de auditoria.



O processo começou no Tribunal de Contas de São Paulo, apoiado pela Atricon – Associação dos Tribunais de Contas do Brasil e Instituto Rui Barbosa – IRB, sendo logo adotado pelo TCE de Minas Gerais. O IEGM transformou-se em um inédito e completo painel das políticas de educação, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, gestão fiscal e planejamento dos 5.570 municípios brasileiros.

Os TCs passaram a gerir os trabalhos, sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB). Foi criada também uma Rede Nacional de Indicadores Público (Rede Indicon), com a finalidade de interligar os órgãos participantes.

O conselheiro Fernando Catão, membro do IRB, também corregedor do TC da Paraíba, foi escolhido para coordenar os trabalhos no País.

No final de 2016, ao apresentar os primeiros resultados do trabalho realizado durante o ano, em encontro na cidade de São Paulo (SP), o TCE da Paraíba mereceu o reconhecimento nacional ao conseguir inserir as informações dos 223 municípios do Estado na composição do IEGM, fornecendo em tempo hábil os dados requisitados.

O conselheiro presidente Arthur Cunha Lima destacou a importância do trabalho para contribuir com a aperfeiçoamento da gestão pública. O conselheiro André Carlo Torres – vice-presidente do TCE, por sua vez, frisou que o IEGM funcionará com parâmetro às gestões que se iniciam em janeiro, além de ajudar à sociedade a exercer de forma ainda mais assídua o controle externo.

GASTOS COM PESSOAL – No final de 2015, a Corte de Contas entendeu pela necessidade de exercer permanente controle dos gastos com pessoal relativamente a todos os poderes no Estado. Para isso, foi aprovada no Tribunal Pleno a Resolução Normativa TC nº 10/2015, que dispõe sobre a remessa de informações relativas ao controle dos gastos com pessoal, considerando a constante necessidade de aperfeiçoamento do controle externo no que concerne à adequação da fiscalização às exigências decorrentes da Lei de Transparência.

Conforme a Resolução, caberá à Secretaria da Administração do Estado, até o último dia do mês seguinte ao de referência, remeter ao Tribunal de Contas arquivo eletrônico contendo a folha de pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, bem como da administração indireta, de forma consolidada, independentemente do vínculo destes com a administração, decorrentes de cargo, emprego ou função pública.

NOVOS PREFEITOS – A Resolução Normativa nº 03/2016, foi publicada em maio de 2016 e previu a adoção de medidas com vistas à transmissão dos cargos aos novos prefeitos eleitos. No documento o Tribunal alerta para os procedimentos administrativos contábeis e legais apropriados à transição de governo, em virtude de problemas que podem ensejar para os gestores.

O TCE ressalta o necessário conhecimento da Lei de Acesso à Informação, nº 12.572/11, que permite ao prefeito eleito, no tempo adequado, o amplo acesso a todos os dados da gestão, que devem ficar disponíveis para o amplo acesso, especialmente no tocante a execução orçamentária.

O documento, em seu artigo 1º, prescreve que os gestores municipais que encerram seus mandatos deverão constituir, num prazo de 10 dias a contar da homologação do resultado das eleições, Comissão de Transição de Governo, constituída com a presença de pelo menos dois membros indicados pelo prefeito eleito. Os demais artigos, parágrafos e incisos da Resolução discriminam os documentos e dados que devem ser levados ao conhecimento da comissão.

Controle interno para contenção de gastos

Outra iniciativa que mereceu destaque no biênio foi a implementação do controle interno no âmbito do Tribunal de Contas da Paraíba, que veio por meio da Resolução Administrativa TC nº 02/2016. No teor o dispositivo dispõe sobre as diretrizes de redução, contenção e controle das despesas no âmbito

do Tribunal de Contas. Essas medidas vieram, diante da restrição orçamentária imposta no exercício de 2016.

A resolução ressalta o reduzido orçamento do Tribunal de Contas da Paraíba para o exercício de 2016, incompatível com a programação inicial de despesas de custeio e investimento, impondo a contenção de gasto e o direcionamento de recursos às prioridades do Tribunal.

O presidente do TCE, conselheiro Arthur Cunha Lima, enfatizou o crítico cenário econômico que vivencia o país e o Estado da Paraíba, que ensejou medidas de racionalização dos gastos públicos, que serão acompanhadas pela Diretoria Geral e Divisão Administrativa.



REDUÇÃO DE GASTOS NO CENÁRIO DE CRISE

TCE adota medidas de contenção de despesas, direciona recursos às prioridades e reforça compromisso com a gestão fiscal

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba coloca em vigor, em 31 de março de 2016, o novo conjunto de medidas destinadas a contenção e controle de despesas no âmbito da Corte. São oito, no total, as metas de economia estabelecidas em virtude da **“restrição orçamentária no exercício de 2016”**.

O presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha, explicou que as medidas disciplinadas por meio da Resolução Administrativa TC Nº 01/2016, receberam aprovação unânime na sessão plenária do dia 30 de março.

Elas levam em consideração o “crítico cenário econômico que vivencia o país e o Estado da Paraíba” e, ainda, o fato de o orçamento da Corte para o atual exercício haver se tornado “incompatível com a programação inicial de despesas de custeio e investimento”.

Tais fatos, reforçou o conselheiro presidente Arthur, impuseram a “contenção de gastos e o direcionamento de recursos às prioridades do Tribunal”.

A adoção das medidas levou em consideração, também, o disposto na LRF (Lei nº 101/2000) sobre a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe a ação planejada e transparente.

E uma das principais disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, lembrou o presidente, é exatamente “a prevenção de riscos e correções, objetivando manter o equilíbrio das contas públicas”.

As metas de redução, expressas no Art. 2º da resolução, são as seguintes:

- Redução de 10% (dez por cento) dos serviços de reprografia e impressão;
- Redução de 15% (quinze por cento) do consumo de água;
- Redução de 30% (trinta por cento) do consumo de energia elétrica;
- Redução de 25% (vinte e cinco por cento) do serviço de manutenção de ar condicionado;
- Redução de 30% (trinta por

cento) das despesas com passagens aéreas;

- Redução em 25% (vinte e cinco por cento) da despesa com outras pessoas físicas;
- Redução da aquisição de material de consumo essencial e exclusão de materiais considerados não essenciais;
- Limitação do contingente total de estagiários para 30 (trinta).

O contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, copa e serviços gerais, será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento).



Uma resolução administrativa, de 12 de agosto de 2016, transformou em Divisão de Procedimentos Especiais (Dipe) o antigo Grupo de Auditoria Operacional existente, até então, desde março de 2008.

A mudança desenvolveu e ampliou as atividades do TCE, “a fim de adequá-lo à atual conjuntura”, justificou o presidente Arthur Cunha Lima. As auditorias operacionais foram ampliadas e aprimoradas, em observância às diretrizes estabelecidas no Marco de Medição do Desempenho (MDD), instrumento de avaliação da qualidade e agilidade das Cortes de Contas de todo o país.

O MDD foi elaborado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), por sugestão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal fonte de financiamento multilateral da América Latina e organismo interessado em parcerias para auditoria contábil e financeira em programas e projetos por ele custeados, nacionalmente.

A Divisão de Procedimentos Especiais, no início de dezembro de 2015 obteve credenciamento internacional que possibilitaria ao TCE a realização de auditorias convencionais em projetos financiados na Paraíba. Um grupo técnico fica a serviço das auditorias operacionais. Ele é formado pela auditora de contas públicas Adriana do Rêgo, Rogério Ânge-

AUDITORIAS OPERACIONAIS

Criação da Divisão de Procedimentos Especiais amplia e aprimora auditorias operacionais do TCE

Grupo de Auditoria Operacional é transformado em Divisão de Procedimentos Especiais (Dipe).

de parceiros na boa execução de programas, projetos e ações em favor da sociedade.

Auditorias em saúde, educação, abastecimento, previdência, segurança e mobilidade

lo Freire da Silva e Lúcia Patrício de Araújo.

As auditorias operacionais medem a qualidade dos serviços custeados com dinheiro público. Aferem critérios de eficiência e economicidade e assim o fazem, passo a passo, no transcurso das ações de governo. Com isso, permitem a orientação e a concessão de prazos para iniciativas e procedimentos necessários à boa gestão administrativa. Possibilitam, enfim, ao Tribunal e aos gestores públicos a condição

No biênio 2015/2016 foram realizadas sucessivas auditorias operacionais pelo TCE/PB. Algumas surgiram de processos instaurados em exercícios anteriores e em parte decorrentes de ações nacionalmente coordenadas e, outras, por demandas internas.

As auditorias coordenadas foram resultados de acordos de cooperação com o Tribunal de Contas da União, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Atricon. Foram elas: **“Educação/Ensino Médio”**, **“Saúde/Atenção Básica”**, **“Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, Municípios**

e do Distrito Federal”, “Qualidade e disponibilidade das instalações de equipamentos nas escolas públicas de Ensino Fundamental”, “Levantamento de Governança e Gestão da Saúde em organizações estaduais e municipais”, “Estratégias de controle em Segurança Pública” e, ainda, “Controle conjunto sobre acumulação de cargos e teto constitucional”.

Surgiram, ainda, os processos de auditoria operacional atinentes ao “Sistema de abastecimento d’água”, aos “Entornos de reservatórios artificiais da Paraíba”, ao “Desenvolvimento econômico/Incentivo à indústria”, à “Mobilidade urbana”, aos “Resíduos sólidos urbanos” e à “Segurança Pública”.

ABASTECIMENTO – Avaliou o monitoramento dos sistemas de abastecimento d’água em operação na Paraíba. O processo, nascido sob a relatoria do conselheiro substituto Antonio Gomes Vieira Filho, teve relatório subsequente do conselheiro Fernando Rodrigues Catão. Resumidamente, analisou-se captação e adução de água bruta até as estações de tratamento, além da qualidade e distribuição dessa água.

Após a conclusão dessa auditoria, o TCE/PB emitiu alertas aos 223 municípios paraibanos quanto à “premente necessidade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico” e, também, quanto à regularização da concessão do serviço de abastecimento. Os municípios possuidores de sistema autônomo foram alertados para a im-

plantação dos meios de tratamento d’água e cobrança do serviço.

Também foram expedidas recomendações específicas para Secretaria de Saúde, Cagepa e o governador do Estado, com vista ao planejamento e execução das obras necessárias, sobretudo, nas áreas mais carentes do abastecimento d’água. Ainda, para a regularização, no prazo de um ano, da regularização do quadro de servidores da Agência Executiva da Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa).

O Tribunal também deu ciência disso às presidências do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa da Paraíba, da Atricon, do IRB e dos Comitês Gestores das três bacias hidrográficas do Estado, as do Rio Paraíba, do Litoral Norte e Litoral Sul.



Após concluir auditoria operacional, o TCE emitiu alerta a todos os municípios para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.



Situação de abandono encontrada, à época em que foi feita a auditoria operacional de educação, numa área da escola Obdúlia Dantas, na cidade de Catolé do Rocha.

ENTORNOS – Os gestores da Seirhmact e da Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Sudema) obtiveram o prazo de 60 dias para o atendimento a uma série de deliberações do TCE, uma delas a retirada de árvores da parede da barragem de Gramame/Mamuaba, nas proximidades de João Pessoa.

PIVAS – A auditoria usou drones e colheu imagens aéreas, para um diagnóstico das questões de gerenciamento dos recursos hídricos e ambientais do Estado para os riscos de impactos negativos ao patrimônio público.

Em 25 de novembro de 2015, o TCE/PB condicionou a realização da licitação de três lotes empresariais remanescentes do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa (Pivas) à regularização fundiária de todo o projeto, ao cálculo de vazão do canal oriundo do Açude de Coremas e,

ainda, à comprovação de que há, ali, disponibilidade hídrica para a incorporação de novas áreas de cultivo. O Pivas fora objeto de processo de auditoria operacional ali instaurado em março de 2013 sob relatoria do conselheiro Fernando Catão e já em seu terceiro monitoramento.

PIVAS: A auditoria utilizou drones para identificar riscos aos recursos hídricos

Foi recomendada a adoção de “medidas concretas e imediatas para que os órgãos estaduais envolvidos, direta ou indireta-

mente, nas questões de gerenciamento ambiental e de recursos hídricos do Estado, atuem em conjunto com os órgãos federais, para que sejam tomadas as obras de desassoreamento do Rio Piranhas, a fim de evitar novas inundações em lotes do Distrito de Irrigação”.

Ao governo foi ainda recomendada a adoção de medidas para monitorar, controlar e vedar a expansão de áreas irrigadas que não atendam aos parâmetros técnicos estabelecidos pela administração do Perímetro e, também, coibir de forma enérgica a expansão de áreas irrigadas com o uso de águas desviadas, clandestinamente, tanto em área do canal quanto em áreas internas do Pivas.

EDUCAÇÃO – A auditoria teve relatoria do conselheiro Fernando Catão e ações coordenadas, em âmbito nacional, mediante acordo de cooperação com o TCU, a Atricon e o IRB.

Em 2016, o TCE renovou esse acordo com vista ao primeiro monitoramento e o exame da Meta 3 do Plano Nacional da Educação (PNE). Ocorreu, no mesmo período, a análise dos comentários de gestores e a posterior elaboração do sumário executivo.

Nacionalmente, os TCs tratam dos problemas que afetam a qualidade e a cobertura do ensino médio no país. Promovem a análise das ações governamentais e estimulam o acompanhamento da sociedade, por intermédio de Conselhos de Educação.

SAÚDE – O Tribunal de Contas do Estado também se articulou com o TCU, o IRB e a Atricon. Na Paraíba, o conselheiro-relator Antonio Nominando Diniz Filho levou o processo a julgamento em novembro de 2015. Seu relatório apontou, entre os problemas principais, a contratação generalizada de profissionais de saúde com vínculos precários, a falta de ações governamentais capazes de assegurar a alocação e permanência desse pessoal em locais mais ermos e de acesso difícil, a limitação orçamentário-financeira, a estrutura técnica insuficiente das Secretarias de Saúde, a falta de regulação e a má integração dos sistemas operados pelo Estado e Municípios.

O TCE determinou o cumprimento da Lei Estadual nº 7.255/2002 que institui o Programa da Saúde da Família e dispõe sobre o repasse regular e automático de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos de Saúde dos Municípios.

Já os secretários de Saúde do Estado e dos Municípios tiveram prazo para encaminhar ao Tribunal um Plano de Ação com medidas e iniciativas de suas competências necessárias à solução desses problemas, sob pena de multas e repercussão nos processos de prestação de contas anuais.

PREVIDÊNCIA – A auditoria operacional relacionada aos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos por Estados, Mu-



Uma das Unidades Básicas de Saúde visitadas durante a Auditoria: UBS J. Clementino Neto, em São Bento-PB.

nicipios e Distrito Federal e, portanto, nacionalmente coordenada, tem, no Tribunal de Contas da Paraíba, a relatoria do conselheiro André Carlo Torres Pontes.

De âmbito nacional, essa auditoria busca o panorama detalhado da situação financeira e atuarial dos RPPS em relação aos seguintes pontos: 1) gestão da base de dados e das premissas utilizadas na avaliação atuarial; 2) arrec-

dação dos recursos e pagamento das obrigações previdenciárias e despesas administrativas; 3) alocação das aplicações e investimentos.

Reunidos em 14 de março de 2015, no Plenário Ministro João Agripino Filho, gestores dos Institutos Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios paraibanos receberam informações sobre métodos e objetivos dessa auditoria.

Após sua fala, os participantes do encontro ouviram explicações da coordenadora do Grupo de Auditoria Operacional do TCE Adriana Falcão do Rego (sobre a iniciativa, seu método e seu objetivo) e do chefe da Divisão de Auditoria de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária Eduardo Ferreira Albuquerque (sobre a matriz de planejamento da Auditoria). A parte final do encontro serviu para tirar dúvidas da plateia.

As exposições e debates tiveram, ainda, o acompanhamento da auditora France Tavares de Medeiros, representante do Departamento de Regimes Próprios de Previdência Social, órgão da Secretaria Nacional de Políticas de Previdência Social. Também, do professor Thiago Silveira e de alunos do Curso de Ciências Atuariais da Universidade Federal da Paraíba.

INSTALAÇÕES ESCOLARES – Em 2016, a auditoria coordenada, nacionalmente, na área da Educação, acerca das instalações e equipamentos das escolas públicas de Ensino Fundamental teve a análise dos comentários colhidos junto aos gestores e sua remessa para o relator do processo, conselheiro Arnóbio Viana, com quem se encontram.

O processo também decorre de acordo de cooperação técnica com o TCU, a Atricon e o IRB, a que aderiu a Corte de Contas da Paraíba. O propósito é a avaliação da infraestrutura e disponibilidade das instalações e equipamentos dessas escolas mantidas por Estados e Municípios, em todo o território nacional.

GESTÃO DE SAÚDE – O processo de auditoria operacional nº 15.903/15 diz respeito à Governança e Gestão da Saúde em Organizações Estaduais e Municipais. Tem ações nacionalmente coordenadas e, na Paraíba, a relatoria do conselheiro Nominando Diniz.

A equipe de auditores paraibanos concluiu o levantamento de informações e aguarda a consolidação dos dados pelo Tribunal de Con-

tas da União, etapa depois da qual iniciará a elaboração do relatório.

SEGURANÇA – Nascido de demanda interna, o processo de auditoria operacional nº 16.932/15 tem como relator o conselheiro substituto Oscar Mamede Santiago Melo e cuida da Segurança Pública.

Contudo, deverá ter seu levantamento transportado para a auditoria coordenada 3.465/16, após adesão do TCE ao acordo técnico de cooperação destinado a tratar da questão em âmbito nacional.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS – Trata sobre Acumulação de Cargos e Teto Constitucional o processo de auditoria coordenada nº 5.385/16, cujo relator está por ser definido. Na Paraíba, os trabalhos de levantamento estão sendo concluídos.

O acordo de cooperação técnica com o TCU, o IRB e a Atricon objetiva a realização conjunta de planejamento estratégico para controle de vínculos e remunerações de pessoal na administração pública brasileira.

O propósito é coibir a acumulação ilegal de cargos, funções, ou empregos públicos e, não menos, a extração ilegal do teto salarial prescrito pela Constituição Brasileira.

INTERNAS – Os processos de auditorias operacionais, também surgidos de demandas internas, contemplam, ainda, temas relacionados a “Resíduos Sólidos Urbanos”, “Desenvolvimento Econômico/Incentivo à Indústria” e “Mobilidade Urbana”.

O primeiro, com relatoria do conselheiro Fernando Catão, teve a conclusão da matriz de planejamento e está na etapa da coleta de dados e informações. As duas seguintes, já concluídas, terão seus andamentos. O conselheiro Catão também é relator da auditoria sobre “Desenvolvimento Econômico/Incentivo à Indústria.

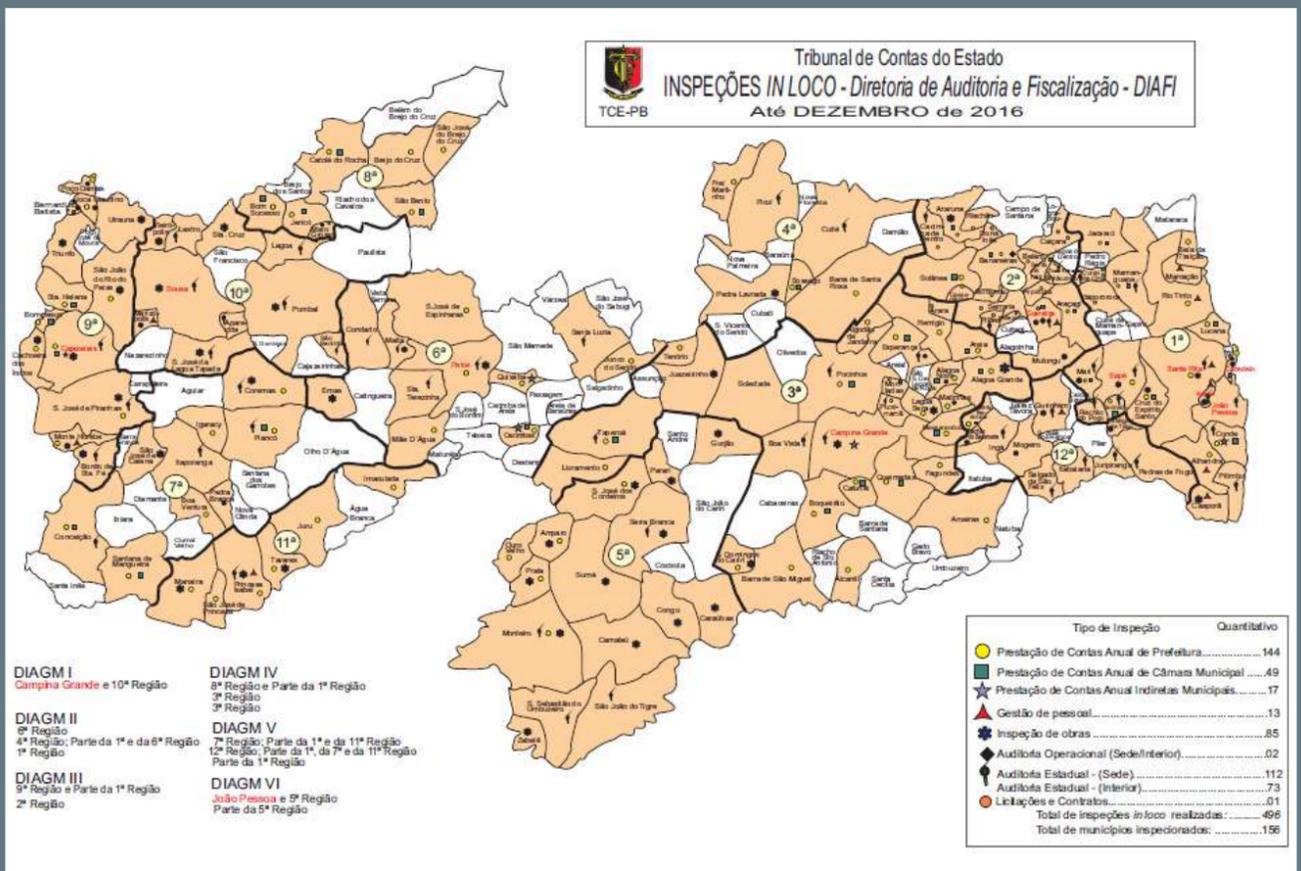
MOBILIDADE – O TCE, reunido em 13 de dezembro, concedeu prazo de 60 dias, contados a partir de 2 de janeiro de 2017, para que o Governo do Estado, o Detran, a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (Semob) e as Prefeituras de João Pessoa e de cidades satélites apresentem planos individuais com ações necessárias ao aprimoramento dos meios de transporte e circulação de pessoas e cargas.

A decisão decorreu do julgamento da Auditoria Operacional em Mobilidade Urbana, processo sob relatoria do conselheiro Arnóbio Viana, cujo voto foi aprovado à unanimidade.

OS PLANOS DE AÇÃO – Iguamente exigidos das prefeituras de Alhandra, Bayeux, Caporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita – devem trazer o cronograma de cada medida determinada pelo TCE, além de informação sobre os benefícios esperados e os nomes dos responsáveis por cada execução.

Ao Governo do Estado, ele determinou a realização de novas licitações para a concessão de serviços de transporte intermunicipal com integração modal e tarifária.

Atuação das auditorias em 2016



Conselheiros e servidores conhecem a sistemática do MMD.



Conselheiros Arthur e Valdecir lançam MMD no TCE/PB.

Implantado o Marco de Medição de Desempenho

Em parceria com a Atricon, projeto MMD permite ao TCE promover auto avaliação e ganhar mais agilidade e eficiência

O Tribunal de Contas da Paraíba aderiu, formalmente, em 14 de maio de 2015, a um ousado processo de autoavaliação e de melhoria da qualidade do seu trabalho interno e dos seus serviços à sociedade. Em cerimônia realizada no Plenário Ministro João Agripino Filho, o presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, lançou o **Marco de Medição de Desempenho**, que integra o Projeto de Qualidade e Agilidade das Cortes de Contas do País, desenvolvido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

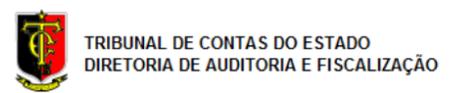
O lançamento, na presença de conselheiros e servidores, foi mar-

cado por uma palestra do conselheiro Valdecir Fernandes Pascoal, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Ele falou sobre a importância do projeto para o aprimoramento institucional das Cortes de contas num momento histórico em que o país desperta mais para o valor da transparência e da boa gestão dos recursos públicos.

O conselheiro Arthur Cunha Lima agradeceu a atenção do conselheiro Valdecir Pascoal em vir pessoalmente para o lançamento explicar a sistemática do MMD, e também conclamou, na ocasião, os servidores de todas as áreas do Tribunal a se envol-

verem no projeto. “Precisamos cumplicidade, num um esforço conjunto, de todos nós do Tribunal, cada um buscando no exercício de suas funções contribuir para alcançarmos os indicadores estabelecidos e apurados, periodicamente, pela comissão de avaliação especialmente designada pela Atricon”, comentou.

COMISSÃO – Sob a coordenação do presidente do TCE, compõem a comissão do MMD, o diretor Executivo Geral, Nivaldo Cortes Bonifácio; os auditores de Contas Públicas, Francisco José Pordeus de Sousa, Stalin Melo Lins da Costa, Josedilton Alves Diniz, José Luciano Sousa de Andrade e Eduardo Ferreira Albuquerque.



INSPEÇÕES IN LOCO - EXERCÍCIO DE 2016

DEPARTAMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total por DP
DEAGM I	0	9	21	15	11	11	5	3	4	8	1	1	89
DEAGM II	1	19	10	7	12	8	21	8	10	14	5	6	121
DEAGE - SEDE	1	11	10	9	8	10	9	4	11	8	15	1	97
DEAGE - INTERIOR	0	11	14	16	14	4	0	19	2	4	3	1	88
DEAPG	0	1	0	1	4	0	1	3	2	0	1	0	13
DECOPE	2	5	1	14	3	2	6	15	15	13	9	1	86
Auditoria Operacional - SEDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria Operacional - INTERIOR	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	4	56	56	62	52	35	42	54	44	47	34	10	496
	1º TRIMESTRE			2º TRIMESTRE			3º TRIMESTRE			4º TRIMESTRE			
	116			149			140			91			

TOTAL GERAL: 496

TCE ganha novo SELO DE QUALIDADE

Pela excelência de desempenho e prestação de serviços à sociedade, Corte recebe pela segunda vez a Declaração de Garantia de Qualidade da Atricon

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba recebeu em outubro de 2015 a Declaração de Garantia de Qualidade sobre a Avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC). O grupo que avaliou o TCE paraibano teve a coordenação do conselheiro Daniel Lavareda (TCE/PA) e as participações dos técnicos Sérgio Bacury, do Tribunal

de Contas dos Municípios do Pará; e Henrique Pereira, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Pará, Daniel Lavareda, fez a entrega do documento ao presidente do TCE/PB conselheiro Arthur Cunha Lima. Na oportunidade o conselheiro Daniel Lavareda agradeceu a acolhida e o caráter de colaboração dos diretores, coordenadores e responsáveis por diversos

setores do Tribunal. “O Tribunal de Contas da Paraíba está de parabéns pela marca de qualidade e aperfeiçoamento dos trabalhos. Nós saímos daqui muito contentes com o tratamento e o profissionalismo verificado no TCE/PB”, destacou.

AVALIAÇÃO – Na segunda-feira (26) e terça (27) de outubro, o TCE/PB recebeu a visita da Comissão da Associação dos Membros dos Tribunais de Con-

tas do Brasil (Atricon), que coordena o projeto MMD-TC. Além do conselheiro Daniel Lavareda (TCE/PA), as participações dos técnicos Sérgio Bacury, do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará e Henrique Pereira, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, estiveram reunidos com a comissão do TCE/PB designada para desenvolver o trabalho no âmbito da instituição.

Durante os dois dias, os representantes da Atricon escutaram e discutiram com os colaboradores do Tribunal as respostas apresentadas referentes a cada item do questionário de avaliação que vai demonstrar o desempenho do Tribunal da Paraíba, comparativamente às boas práticas internacionais e às diretrizes estabelecidas pela Associação.

COMISSÃO – Integraram a comissão, designada pela Portaria nº 090/2015, o diretor Executivo Geral, Nivaldo Cortes Bonifácio; os auditores de Contas Públicas, Francisco José Pordeus de Sousa, Stalin Melo Lins da Costa, Josediton Alves Diniz, José Luciano Sousa de Andrade e Eduardo Ferreira Albuquerque.

Comissão responsável pelo MMD-PB. Grupo de trabalho reunido para definição de metas.



Conselheiro Arthur Cunha Lima recebeu no gabinete da Presidência o grupo de trabalho que avaliou o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.



Auditorias operacionais são destaque nacional

Reportagens mostram trabalho do TCE paraibano no combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos

As auditorias operacionais e o monitoramento das contas públicas realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/PB) chamam a atenção da mídia nacional. No dia 21 de fevereiro de 2016, o programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, denunciou o desvio de água no Canal da Redenção, no município de Sousa, Alto Sertão paraibano.

A captação ilegal de recursos hídricos nesse canal foi constatada pela Auditoria Operacional nas Várzeas de Sousa e uma Auditoria Operacional da Situação Ambiental do Entorno dos Principais Reservatórios, ambas realizadas em 2014/2015 e coordenadas pelo conselheiro Fernando Catão, corregedor do TCE/PB.

Também em fevereiro de 2016, a mídia nacional divulgou matéria sobre desvio de recursos públicos, comprovado em operação de vários órgãos de controle externo, que foi desencadeada a partir da base de dados e julgamentos realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado.



Na mesma data, foi empreendida a terceira fase da Operação Andaime, que apura esquema de desvio recursos públicos em 80 cidades paraibanas, onde 177 licitações em prefeituras foram vencidas de forma irregular por um só empreiteiro, que estaria se utilizando de firmas fantasmas e envolvendo gestores públicos.

O presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, lembrou, na ocasião, que todo o levantamento desses dados teve como lastro as auditorias realizadas pela Corte, que registram todos desvios

de recursos públicos em sistemas próprios como o Sagres (Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade) e Tramita (Sistema de Tramitação Eletrônica de Processo).

“O TCE treinou promotores de Justiça, que têm acesso a esses dados e senhas individuais e intransferíveis para consulta de toda essa documentação. As auditorias operacionais que são realizadas pelo TCE também são fontes minuciosas e oficiais de acompanhamento do uso de recursos públicos pelos gestores”, observou.

TCE passa a fiscalizar metas do MEC na PB

Acordo assinado pelos TCs dos Estados e Ministério da Educação prevê medidas como transparência de recursos para os próximos dez anos

O Ministério da Educação assinou em 03 de março de 2016, um acordo inédito com os tribunais de contas do Brasil para potencializar a fiscalização dos planos de educação no país. Esses planos, que têm força de lei, estabelecem metas para os próximos dez anos que abrangem diferentes modalidades de ensino e atingem das creches às universidades.

O presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, destacou que o acordo prevê, entre outras ações, a sanção de gestores públicos que não se comprometerem com as ações dos planos, a padronização da metodologia de fiscalização, e o estímulo à transparência em relação aos recursos investidos em educação. O acompanhamento foi feito por 34 tribunais de contas de todo o país.

A assinatura do termo de cooperação aconteceu no plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, durante a solenidade de posse dos representantes do Instituto Rui Barbosa (IRB) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Objetivos para 10 anos

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.



A assinatura do termo de cooperação no plenário do TCU, em Brasília, durante a solenidade de posse dos representantes do IRB e da Atricon.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

TCE da Paraíba passa a auditar contratos do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Estado

O presidente Arthur Cunha Lima e Hugo Flórez Timorán, representante do BID no Brasil, assinaram em Fortaleza o protocolo de entendimento para a realização de auditorias.



“Com certeza essa é uma grande oportunidade para fortalecermos ainda mais as práticas de auditoria no Estado”.

Arthur Cunha Lima,
presidente do TCE/PB
2015/1016.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), assinaram em 21 de junho de 2016, em Fortaleza, o protocolo de entendimento para a realização de auditorias nos contratos de empréstimos e convênios de cooperação técnica, celebrados entre o BID e o respectivo estado ou entidade controlada por este.

O presidente Arthur Cunha Lima assinou protocolo de entendimento durante o evento *‘Nordeste 2030 – Desafios e caminhos para o desenvolvimento susten-*

tável’, organizado pelo Tribunal de Contas da União com apoio do Banco do Nordeste e Governo do Estado do Ceará.

Para o representante do BID no Brasil, Hugo Flórez Timorán, a assinatura deste protocolo de entendimento é um marco importante na consolidação da parceria que o Banco vem construindo junto aos Tribunais de Conta no Brasil. “Esta parceria agrega valor ao processo de supervisão fiduciária dos nossos projetos, além de conduzir a uma utilização mais eficiente e eficaz dos recursos, assegurando a contribuição para o desenvol-

vimento social e econômico do país”, afirmou.

Com a assinatura, o Tribunal se compromete a seguir as normas de auditoria estabelecidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), além de manter profissionais capacitados para o acompanhamento dos projetos financiados por organismos multilaterais e colaboradores em geral.

O auditor de contas públicas do Tribunal de Contas da Paraíba, Evandro Queiroga, presente durante o protocolo de entendimento, assinou como testemunha do projeto.

TCE no debate sobre o crescimento regional

Presidente Arthur participa do diálogo ‘Nordeste 2030 – Desafios e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável’, evento do TCU

O Presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arthur Cunha Lima representou a Corte paraibana no encontro *“Nordeste 2030 – Desafios e caminhos para o desenvolvimento sustentável”*, que aconteceu dias 21 e 22 de junho de 2016.

O evento denominado Diálogo Público, realizado pelo Tribunal de Contas da União com o apoio do Governo do Ceará e do BNB, teve a participação de ministros do TCU, presidentes de TCEs e governadores dos nove estados do Nordeste.

Representantes do Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan) e Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) participaram dos painéis, coordenados pelos ministros do TCU, Raimundo Carreiro,

José Múcio Monteiro, Augusto Nardes, Benjamin Zymler e Marcos Bemquerer.

Além da participação do presidente do TCE/PB, Conselheiro Arthur Cunha Lima, presente também no encontro o auditor de contas públicas, Evandro Queiroga e a assessora de comunicação, jornalista Fábria Carolino.

“O TCU exerce um papel fundamental ao propor um planejamento para o Nordeste buscando os caminhos em comum”.

Arthur Cunha Lima, presidente do TCE/PB Biênio 2015/1016.



COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Usina fotovoltaica, reuso de água e programa interno de conscientização põem o TCE na vanguarda da proteção ambiental



O Tribunal de Contas da Paraíba lançou oficialmente, em 2 de fevereiro de 2017, o seu programa de sustentabilidade, denominado **‘TODOS POR UM’**, destinado a reunir ações implementadas desde 2015 e desencadear novas iniciativas de proteção da natureza e de defesa da cidadania.

O lançamento, no plenário ministro João Agripino Filho, reuniu servidores da Corte, convidados, representantes de instituições e entidades parceiras do TCE, conselheiros, audito-

res e procuradores. Foi aberto com apresentação do Coral e encerrada com o descerramento das placas de inauguração da usina fotovoltaica e de instalações da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira e do Setor Médico.

O programa agrupa, entre outras iniciativas, ações como as campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, de prevenção aos cânceres de mama e próstata; exames periódicos de saúde; feira de alimentos orgânicos e ampliação de acessibilidade.

A sustentabilidade, na dimensão de gestão de pessoas, objetiva satisfazer às necessidades dos servidores e demais colaboradores do TCE no que se refere à qualidade de vida no ambiente de trabalho, à acessibilidade e ao desenvolvimento pessoal e profissional, de modo a aumentar a produtividade e o bem estar no trabalho.

“Um TCE sustentável não depende só de pessoas e ações isoladas, mas depende de todos pelo mesmo objetivo. É um TCE por todos e todos por um ambiente melhor”, observou no

ato de lançamento o conselheiro Arthur Cunha Lima, ao explicar que o programa permitirá planejar e integrar melhor as ações, que precisam do envolvimento de todos os servidores para alcançar resultados.

“Vamos fazer bem a nossa parte, prestando mais e bons serviços com menos gastos, e contribuindo para a preservação dos recursos naturais e o respeito à cidadania”, completou o conselheiro ao lembrar que foram os próprios servidores da Corte os responsáveis pela escolha do *slogan* do programa, em votação *online* dia 27 de outubro de 2016.

USINA FOTOVOLTAICA – Entre as ações sustentáveis desenvolvidas no biênio 2015/2016 pelo Tribunal, uma usina fo-

“Em alicerces sólidos de futuras gerações, plantamos sustentabilidade no terreno fértil da nossa instituição.”

Arthur Cunha Lima, presidente do TCE/PB Biênio 2015/1016.

tovoltaica com de 352 painéis solares que entrou em operação no mês de julho/2016, gerando considerável economia de gasto com energia, reforçada pela troca de 1.400 lâmpadas comuns por luminárias LEDs. A mudança de expediente, para o horário corrido das 7h às 13h – foi

igualmente adotada com objetivo da redução de custos na estrutura de funcionamento do Tribunal.

O TCE também adotou o reuso de água, com a ampliação da capacidade de captação de água de chuva disposta, hoje, em três reservatórios capazes de acumular, juntos, 36 metros cúbicos de águas pluviais utilizadas para limpeza de ambientes, higienização dos sanitários e, ainda, nos cuidados de jardinagem. Uma dessas cisternas foi implantada abaixo das garagens, quando da edificação do Centro Cultural Ariano Suassuna, e as outras duas construídas no exercício de 2015.

FEIRA DE ORGÂNICOS – Uma feira de alimentos orgânicos, que o Tribunal passou a abrigar em área perto do es-

Em 2016, entrou em operação a usina fotovoltaica com 352 painéis e foi feita a troca de 1.400 lâmpadas comuns por luminárias LED, contribuindo com significativa redução do consumo de energia elétrica.





Alunos de três universidades (UFPB, IFPB e Unipê) receberam explicações relativas às ações sustentáveis adotadas pelo TCE/PB, e especialmente sobre o funcionamento da primeira usina fotovoltaica instalada em uma Corte de Contas do país.

tacionamento, às sextas-feiras ao final do expediente, não só contribui para maior conscientização, entre seus servidores, dos benefícios de uma alimentação natural e saudável, como estimula e apoia pequenos produtores do litoral paraibano.

TCE ACESSÍVEL – O Tribunal também iniciou, no segundo semestre de 2016, um minucioso levantamento para identificar, em todas as suas instalações, onde haverá necessidade de adequações para atender ao que dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2016.

Três universidades conhecem a usina fotovoltaica do TCE

“Assistam, participem e divulguem, a fim de podermos de-

monstrar a todos que é possível fazer deste um mundo melhor”. O pedido foi feito pelo conselheiro Arthur Cunha Lima, a quase 100 estudantes de três Universidades paraibanas presentes a exposição sobre a mini usina de energia fotovoltaica no Tribunal de Contas da Paraíba, organismo por ele presidido.

Conduzidos por professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) e Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) os estudantes tomaram conhecimento de detalhes técnicos, vantagens e benefícios do sistema fotovoltaico durante palestra do engenheiro José Carlos Tormim, representante da MTEC Comércio e Serviço de Instalações Técnicas, empresa com sede em Brasília e executora do projeto da mini usina.

Na saudação ao expositor e à plateia de mestres e alunos, o conselheiro Arthur Cunha Lima falou do pioneirismo do TC paraibano – um dos poucos organismos públicos brasileiros e o primeiro do Estado a dispor de eletricidade por sistema fotovoltaico – e revelou que a iniciativa já desperta o interesse dos congêneres. “Somos procurados por outros Tribunais interessados em adotar a mesma providência”, contou.

Os universitários conheceram a sala de transformadores, e tomaram conhecimento de detalhes técnicos e benefícios do sistema fotovoltaico durante palestra do engenheiro José Carlos Tormim, representante da empresa MTEC Comércio e Serviço de Instalações Técnicas, que executou do projeto.



No TCE, mais de 350 painéis instalados sobre o teto do bloco onde funciona a Auditoria – também vistos pelos visitantes – vão gerar, no mínimo, 91,52 kWp (quilowatt-pico) de energia elétrica. Além de proporcionar a redução da conta de luz, a mini usina ainda poderá exportar a produção excedente de eletricidade para a rede pública.

Convênio com Iesp dará visibilidade às ações sustentáveis

Em 20 de setembro o Tribunal de Contas do Estado firmou convênio de cooperação técnica com o Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp), visando as campanhas de comunicação e publicidade do Programa de Sustentabilidade do TCE/PB. A assinatura do convênio ocorreu na sede do Tribunal com as presenças do presidente conselheiro

Arthur Cunha Lima e da diretora-geral do Iesp, Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti.

O ato foi acompanhado pelo vice-presidente André Carlo Torres Pontes; o diretor geral do TCE, Nivaldo Cortes Bonifácio; os assessores da presidência Humberto Gurgel e Josedilton Alves; o assessor jurídico, Francisco Valério; os professores do Iesp, Maurício Fernandes e Daniel Costa; além das servidoras que integram a comissão do plano de trabalho de sustentabilidade do Tribunal, Ana Márcia Alves, Carla Cunha Lima e Fábria Carolino, da Ascom.

Durante a reunião, o presidente Arthur Cunha Lima fez um balanço das ações de sustentabilidade que o Tribunal vem executando. “O compromisso com o desenvolvimento sustentável e economicidade tem sido uma prioridade no Tribunal. A busca por uma gestão sustentável envolve várias ações que estão sendo implantadas

“O compromisso com o desenvolvimento sustentável e a economicidade tem sido uma prioridade no Tribunal.”

Arthur Cunha Lima, presidente do TCE/PB Biênio 2015/2016.



no TCE”, disse. Ele destacou a principal delas: a instalação de 352 painéis solares. “O primeiro organismo público da Paraíba a dispor de uma miniusina fotovoltaica”, frisou.

Reformas do anexo Emilton Amaral e da unidade de saúde

Ao final de sua gestão, o presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arthur Cunha Lima, entregou em 30 de janeiro de 2017 a reforma do Anexo Emilton Amaral, construído em 1988 e que não havia passado por intervenções desde sua construção.

As intervenções e melhorias destinaram-se às adequações necessárias para abrigar novamente a Escola de Contas Otacílio Silveira – Ecosil, além de parte da área de Auditoria.

A reforma contemplou serviços de recuperação da coberta (substituição de telhas, revisão do madeiramento, manta de subcobertura, drenagem); execução de nova instalação elétrica e rede de cabeamento estruturado; execução de piso em porcelanato; pintura e aquisição de equipamentos.

A unidade de saúde do Tribunal também foi ampliada, tornando o ambiente mais confortável para o atendimento aos servidores. E passou a contar com um consultório de Psicologia, além de novas salas para o atendimento odontológico. O setor médico ganhou amplas salas de enfermagem, habilitadas para procedimentos e observação.



Após ampla reforma, o anexo auditor Emilton Amaral abrigará novamente a Escola de Contas Otacílio Silveira – Ecosil. E o setor médico, reformado e ampliado, ganhou novas salas de enfermagem e para o atendimento odontológico.

Previdência Social

Tribunal aprova resoluções para disciplinar documentos de obras e uso de recursos previdenciários

O Tribunal de Contas da Paraíba aprovou, por unanimidade, na sessão ordinária, em 31 de março de 2016, duas resoluções normativas que dispõem sobre a utilização de recursos previdenciários pelos regimes próprios de previdência, os RPPS, e os conceitos de obra e serviços de engenharia, no que concerne a guarda, o acesso e os documentos necessários ao efetivo exercício do controle externo das obras públicas pelo TCE.

Segundo explicou o presidente do TCE, conselheiro Arthur Cunha Lima, o não recolhimento dos recursos da Previdência para outra finalidade são práticas irregulares e têm sido motivo de preocupação do TCE na análise das contas públicas, “razão pela qual estamos aprovando uma resolução para disciplinar os procedimentos e apurar responsabilidades.”

A resolução normativa lembra a vedação do Ministério da Previdência Social, pela Portaria nº 402/2008, que proíbe

a utilização dos recursos previdenciários para fins diversos do pagamento dos benefícios, incluindo na vedação pagamentos não definidos pela legislação do ente federativo como de responsabilidade do RPPS e a transferência de recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, no caso de RPPS com segregação da massa dos segurados.

O presidente lembrou também, ao explicar a segunda resolução, a preocupação do Tribunal no que diz respeito à guarda de documentos referentes a obras públicas, em preservar os recursos mínimos que servirão de suporte às informações prestadas ao órgão, e que caracterizam as obras e serviços de engenharia executados ou contratados pelos órgãos e entidades, conforme o artigo 1º da resolução aprovada.



Disciplinamento do uso dos recursos da Previdência foram aprovados pelo Pleno durante a sessão de 31/03/2016.

TCE DEBATE CRISE QUE AFETA SISTEMAS

Tribunal reúne gestores, mostra objetivos de Auditoria Operacional, e discute saídas para problemas dos Regimes Próprios de Previdência

O Tribunal de Contas da Paraíba reuniu, em 14 de março de 2016, no Plenário Ministro João Agripino Filho, gestores dos Institutos Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios paraibanos. O encontro serviu à apresentação de métodos e objetivos de Auditorias Operacionais a serem desenvolvidas, também, nacionalmente, para enfrentamento dos problemas

que afetam os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Trata-se de trabalho sob coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU), da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), associação civil de estudos e pesquisas vinculada às Cortes de Contas do País.

Na saudação aos participantes – em nome, também do presi-

dente Arthur Cunha Lima – o vice-presidente do TCE/PB e relator da Auditoria Operacional André Carlo Torres Pontes explicou que, ao contrário das convencionais (voltadas para o exame legal e contábil de atos, receitas e despesas), as Auditorias Operacionais prestam-se, sem caráter punitivo, ao diagnóstico de situações a partir do qual será possível ministrar remédios e procedimentos.



Servidores e convidados ouviram relatos sobre métodos das Auditorias Operacionais.

Conselheiro André disse que as AO prestam-se, sem caráter punitivo, ao diagnóstico de situações.



GESTÃO E ORIENTAÇÃO

TCE reúne gestores para orientações sobre processo eletrônico e benefício previdenciário

“O trabalho realizado pelo TCE, além de orientar os gestores vai agilizar o tempo de homologação dos processos de concessão de aposentadorias”.

Gilbelane Melo, Inst. de Previdência de Belém do Brejo do Cruz



Ao término de cada exposição dos técnicos, os participantes puderam formular perguntas e tirar dúvidas.

O chefe da Assessoria Técnica do TCE, Ed Wilson Fernandes, deu explicações sobre a finalização do processo eletrônico.



O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba promoveu, em 19 de abril/2016, curso de capacitação para gestores públicos estaduais e municipais, advogados, contadores e responsáveis por institutos de previdência, sobre benefício previdenciário e o processo eletrônico, no âmbito da Corte de Contas.

Coordenado pela Escola de Contas Otacílio Silveira, que tem à frente o conselheiro Marcos Antônio Costa, o curso se insere, conforme destaca o presidente do TCE, conselheiro Arthur Cunha Lima, no conjunto de iniciativas que a Corte tem concretizado “para auxiliar os gestores no uso de novas tecnologias e contribuir para elevar ainda mais o nível de transparência na gestão pública”.

Aberto pelo chefe da Assessoria Técnica, Ed Wilson Fernandes de Santana, o treinamento abordou a “Finalização do Processo Eletrônico” e o “Sistema de Envio de Benefício Previdenciário”. Foi ministrado pelos auditores Fábio Lucas Meira, Fabiana Luzia Costa e Vinicius Farias Dantas, todos do quadro técnico do Tribunal.

TCE solidifica Escola de Contas

Ecossil se consolida como centro de excelência para a administração pública

A Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (ECOSIL) se consolida como concorrido centro de excelência para a administração pública. Desde que foi criada, há 16 anos – com o nome em homenagem ao primeiro presidente da Corte e um dos primeiros presidentes da Corte e um dos seus fundadores, já falecido, o conselheiro Otacílio Silveira – a Ecossil difunde conhecimento sobre gestão pública e controle externo.

A Escola tem preparado não apenas os próprios quadros do tribunal, mas também, e principalmente, servidores de prefeituras, de câmaras municipais e de órgãos estaduais, para os constantes desafios da administração pública.

Com meta de 1.500 capacitações para 2015, foram realizados 23 cursos e treinamentos, para o quadro funcional da Corte e capacitação para 4.876 servidores/agentes

públicos, em 34 eventos de orientação aos jurisdicionados.

No ano de 2016, foram treinados 1.296 servidores/agentes públicos e realizados 07 eventos de orientação ao jurisdicionados, conforme levantamento apresentado pelo coordenador da Ecossil, conselheiro Marcos Costa.

A Escola de Contas promoveu ou viabilizou 41 atividades, entre cursos, treinamentos e reuniões de trabalho, voltados para os servidores, contabilizando 1.379 participações:

Buscando criar instrumentos de interlocução com a sociedade, o TCE vem estreitando laços com as universidades locais, permitindo à comunidade universitária conhecer de perto sua atuação como órgão de controle e fiscalização da gestão dos recursos públicos na Paraíba. Foram disponibilizadas para universitários, visitas técnicas ao Tribunal, totalizando 527 participações.



Comissão do TCE/PB apresenta Relatório da Visita Técnica a Luxemburgo

Os técnicos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba que estiveram em Luxemburgo, na Europa Ocidental, nos dias 12 e 13 de maio, apresentaram, durante a sessão de 01/06/2016, Relatório da Visita Técnica ao Tribunal de Contas da União Europeia.

O grupo de trabalho, coordenada pelo presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, esteve formado pelo procurador do Ministério Público de Contas, Marcílio Toscano Franca e os auditores de Contas Públicas, Ed Wilson Fernandes de Santana e Adriana Falcão do Rêgo.

O objetivo da visita técnica foi para conhecer a Tecnologia da Informação em Auditoria Operacional, no âmbito internacional. A comitiva participou de reuniões com o Secretário-Geral do Tribunal de Contas Europeu, Eduardo Ruiz Garcia.

Com mais de seis mil capacitações em dois anos, a Escola de Contas Otacílio Silveira qualificou principalmente servidores de prefeituras, de câmaras municipais e de órgãos estaduais para os constantes desafios da administração pública.

Interação com os gestores públicos

Concluintes de curso no TCE/PB destacam importância de capacitação para melhoria da gestão pública

Com carga horária de 264 h/aulas distribuídas por 10 disciplinas, o TCE reuniu, por dez meses, representantes de 19 municípios paraibanos no curso 'Aperfeiçoamento em Administração Pública'.

Os participantes iniciaram as aulas em 02 de julho de 2015 e concluíram em 02 de abril de 2016. Estudaram, entre outros temas, Administração Pública Gerencial; Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal; Instrumentos de Orçamento, Planejamento e Gestão; Licitações, Contratos, Convênios e Pregões; Aposentadorias e Pensões; e Prática de Instrumento de Controle Social.

Ministrado por meio da Escola de Contas Otacílio Silveira, e coordenado pelo auditor Luzemar Martins, o curso foi integralmente ministrado por professores do próprio quadro do TCE/PB – auditores, procuradores e conselheiros substitutos. Seu objetivo: melhorar a qualificação dos servidores no cumprimento de suas atribuições funcionais específicas e, também, na prestação de serviço à sociedade.

O curso foi oficialmente encerrado, em 28 de abril de 2016, durante concorrida solenidade de entrega de certificados de formatura de participação presidida pelo conselheiro André Carlo Pontes Torres – na ocasião representando o presidente da Corte, conselheiro Arthur Cunha Lima.



HOMENAGENS – A turma concluinte – que levou o nome do conselheiro substituto aposentado Nilton Gomes de Sousa (foto) – prestou homenagens também aos auditores e instrutores Maria Zaira Guerra (escolhida paraninfa) e José Lusmá Felipe dos Santos (escolhido patrono). A solenidade foi prestigiada ainda pelos conselheiros aposentados Flavio Sátiro, Luiz Nunes, Juarez Farias e Antonio Carlos Escorel.



Solenidade de entrega dos certificados aos participantes do curso 'Aperfeiçoamento em Administração Pública'.



“Foi um privilégio ter aulas com professores tão qualificados e ver a dedicação da equipe do TCE durante toda a capacitação.”

Rodrigo Teu, técnico em informática da prefeitura de Itaporanga.



Sheyla Barreto Braga de Queiroz – Procuradora geral do Ministério Público de Contas.

“O curso é a expressão do Tribunal em sua face mais didática e de orientação para contribuir com a melhor aplicação possível dos recursos públicos.”

Governança e boas práticas na saúde

Em parceria com o TCU, IRB e a Atricon, o TCE abre discussão sobre como melhor gerir o setor e prestar serviços de qualidade à população

Estes gestores da saúde na Paraíba discutiram, em 17 de março de 2016, como melhorar a governança e gestão do setor para prestar um serviço de melhor qualidade à população. O debate sobre **“Governança e Gestão em Saúde: Encontro com o Controle Externo”**, foi aberto pelo corregedor do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fernando Catão, representando o presidente do TCE, conselheiro Arthur Cunha Lima.

O conselheiro Fernando Catão destacou, na ocasião, a oportunidade proporcionada ao debate de tema tão relevante, afeto a todos os cidadãos, em todas as regiões do Brasil. Ele lembrou que essa discussão, estimulada por auditorias operacionais coordenadas, está acontecendo também nos demais estados e integra as atividades do acordo de cooperação firmado ano passado pelo Tribunal de Contas da União com 27 Cortes de Contas, estaduais e municipais, mais o Instituto Rui Barbosa e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.



O conselheiro Fernando Catão defendeu a necessidade de melhoria da gestão e a disseminação das boas práticas de governança na saúde pública. O auditor do TCU, Jonas Marcondes de Lira, falou de falhas no planejamento para aquisição de remédios e equipamentos, e da importância do diagnóstico para a melhoria dos serviços públicos de saúde do país.

BOAS PRÁTICAS – “Muito se discute ainda sobre escassez de recursos para a saúde, mas sabemos que em muitas das situações os recursos existem, o que precisa é melhorar a gestão. O que precisamos é discutir a eficiência e eficácia de sua aplicação, os resultados na prestação do serviço”, afirmou o conselheiro Catão ao ressaltar que o objetivo maior é identificar e disseminar pelo país as boas práticas de gestão e governança.

Em seguida, os representantes das secretarias do Estado e dos municípios, dos conselhos estadual e municipais, da Comissão Intergestores Bipartite e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, assistiram no Centro Cultural Ariano Suassuna palestra do auditor do TCU, Jonas Marcondes de Lira. Receberam dele orientações de como fornecer, preenchendo formulário eletrônico, as informações para compor o minucioso levantamento sobre a realidade da saúde no país.

Durante sua palestra, ele revelou que o Tribunal de Contas da União vem identificando problemas recorrentes em todas as regiões, a exemplo de falhas no planejamento para aquisição de medicamentos, armazenamento inadequado de remédios, equipamentos adquiridos que chegam a ficar até quatro anos parados por falta de alguém capacitado a operá-los. “São problemas todos relacionados à qualidade da gestão”, observou.

Pesquisa voltada à gestão da saúde

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e demais Tribunais de Contas brasileiros realizou em maio de 2016, levantamento em Governança e Gestão da Saúde, com o objetivo de oferecer às organizações da administração pública estadual e municipal de saúde a oportunidade de avaliarem suas práticas de governança e gestão, sendo posteriormente as informações sintetizadas, apresentando-se um panorama em nível estadual e nacional.

A participação dos gestores da saúde e conselhos da Paraíba (Estado e Municípios) deu-se de forma maciça e liderando em termos percentuais no ranking nacional – além da Secretaria Estadual de Saúde, do Conselho

Estadual de Saúde e Comissão Intergestores Bipartite, 96,86% das Secretarias Municipais de Saúde e 91,48% dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) aderiram ao levantamento, enviando suas informações. A coordenação da Auditoria Operacional da Saúde do TCE/PB, informou que deixaram de participar da pesquisa apenas sete das 223 Secretarias Municipais de Saúde e dezenove Conselhos Municipais de Saúde.

O levantamento das informações deu-se por meio de preenchimento de questionários eletrônicos, por parte da Secretaria Estadual de Saúde (SES), do Conselho Estadual de Saúde (CES), das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS).



Sistema 100% digital recebe documentação

Gestores são orientados sobre envio de dados pela internet e novo processamento eletrônico gera mais transparência e agilidade processual



O TCE/PB promoveu encontro especialmente para prestar todas as orientações necessárias sobre o novo processamento eletrônico.

“O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba não medirá esforços para auxiliar os gestores a agirem cada vez mais com maior eficácia, efetividade e transparência”.

A observação foi feita pelo presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, em fevereiro de 2015, ao abrir o encontro de orientação aos representantes de prefeituras, câmaras municipais e

órgãos estaduais sobre o envio de documentos ao Tribunal, exclusivamente pela internet.

O conselheiro Arthur Cunha Lima destacou, diante de um público de mais de duzentas pessoas – majoritariamente composto de contadores e assessores técnicos e jurídicos-, os esforços que o TCE tem empreendido para ofertar novas ferramentas tecnológicas que auxiliem os gestores em suas prestações de contas ao tempo em que

propiciam, também, mais transparência e melhor controle do uso do dinheiro público pela sociedade.

“Somos por vezes confundidos com um Tribunal punitivo. Nosso objetivo não é a punição, pois o que queremos é simplesmente a verdade da informação prestada, a transparência. Acreditamos que é isto que a grande maioria dos gestores também quer. Vamos auxiliá-los, tirar dúvidas, orientá-los”, afirmou.

MARCO HISTÓRICO – Ele lembrou que o processo eletrônico iniciado no Tribunal desde 2009, chega agora a um estágio de consolidação que é um marco na história da instituição. Nesta nova etapa, o uso do papel será abolido; exceto casos de denúncias, pedidos de certidões e de acesso à informação, ou de documentos que sejam provenientes de outras entidades não jurisdicionadas, toda documentação passa a ser recebida e processada via *internet*.



Mais de 200 gestores presentes ao evento no TCE.



Participação de contadores, assessores técnicos e jurídicos das Prefeituras e Câmaras.

Fórum e cartilha orientam gestores

Prefeitos e presidentes de Câmaras são orientados pelo TCE sobre restrições de licitações, obras e atos de pessoal no final do mandato

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba realizou em 11 de maio de 2016, o **II Fórum de Prefeitos da Paraíba**. O evento aconteceu no Auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna, do TCE/PB, antecedendo ao **Simpósio Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, promovido nos dias 12 e 13 pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba –

CRC. O Fórum foi direcionado a prefeitos e presidentes de câmaras municipais.

O presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, destacou a importância da parceria firmada com o CRC para integrar a segunda edição do fórum de prefeitos ao simpósio nacional. “É uma ótima oportunidade de valorizar os debates em torno de

temas atuais, relevantes e comuns a todos” disse.

ESTANDES – Durante o Fórum, auditores e técnicos do TCE – de sua Assessoria Técnica, Ouvidoria e Auditoria – deram plantão em cinco estandes, no próprio Centro Cultural, para responder a consultas e questionamentos de gestores em último ano de mandato sobre precauções e restrições nas áreas de licitações, pessoal e obras.



O auditor de contas públicas do TCE, Josedilton Alves Diniz, deu orientações aos gestores, sobre as restrições e obrigações para o último ano de mandato.

Parceria para criar rede com municípios

A criação de uma rede de controle interno, ampliação do sistema de capacitação pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e a distribuição de uma cartilha de orientações aos prefeitos foram três propostas levantadas durante o **II Fórum Paraibano de Prefeitos**, realizado no Auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna, sede do TCE/PB.

O evento foi aberto pelo conselheiro André Carlo Torres Pontes, vice-presidente da Corte – em exercício, que destacou a oportunidade que se oferece aos gestores municipais para

que possam aperfeiçoar a gestão pública.

CONTROLE INTERNO

–O Auditor de Contas Públicas do Tribunal de Contas, Josedilton Alves Diniz, fez palestra sobre **“Controle Interno Municipal: Identificando os problemas e apontando soluções”**.

Ele observou que, de acordo com os dados levantados, 196 municípios não têm sistema de controle efetivo, muito menos pessoal capacitado para gerir o controle interno.

Ele explicou, ainda, que para chegar a estes dados, o TCE enviou um questionário para todas

“O controle interno é uma filosofia de gestão, tem que estar presente em todas as áreas de uma administração municipal”

Josedilton Alves Diniz, Auditor do TCE

as prefeituras, sendo que 207 responderam a avaliação, 54 informaram que realizavam controle interno, mas em apenas 27 foi constatado que havia o controle efetivamente.

O prefeito de Soledade, José Bento Leite do Nascimento, presente ao evento, disse que conseguiu implantar o controle interno no município e garantiu que tem feito um grande esforço para acompanhar tudo de perto, principalmente, neste momento de crise que as prefeituras e País atravessam. “Nós temos uma dificuldade de encontrar pessoas capacitadas no interior, mas temos conseguido fazer o acompanhamento, pois isso deve ser feito desde o início e durante toda a gestão e é isto que temos feito”, disse José Bento.

Realizado o **II Fórum Paraibano de Prefeitos**, que identificou problemas e apontou soluções para o controle interno nos municípios.



TRANSIÇÃO NORMATIZADA

Corte determina que gestor repasse ao sucessor documentos e informações da administração

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) decidiu, à unanimidade, em sessão plenária de 19/10/2016, por proposição do seu presidente, conselheiro Arthur Cunha Lima, determinar que todos os prefeitos paraibanos em final de mandato repassassem aos recém-eleitos, via comissões de transição, os documentos e informações das respectivas administrações.

A Corte já havia determinado, por meio da Resolução Normativa RN-TC Nº 03/2016, publicada em 11 de maio, que os gestores municipais encerrando seus mandatos deveriam constituir, no prazo de até 10 dias a contar da homologação do resultado das eleições, a Comissão de Transição de Governo, cuja composição assegurasse a presença de pelo menos 02 (dois) membros indicados pelo candidato eleito.

As regras de final de mandato estão previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a LRF, nos últimos 180 dias do mandato dos prefeitos e presidentes de câmaras municipais, não é permitido aumentar os gastos com pessoal, limitados a 60% da receita corrente líquida.

Orientação às câmaras municipais para fixação dos subsídios de vereadores

O Tribunal de Contas do Estado renovou ofício circular às câmaras municipais do Estado, orientando no sentido de que fixem os subsídios dos vereadores para a legislatura que se iniciou no dia 1º de janeiro de 2017. O conselheiro André Carlo, então vice-presidente da Corte, foi designado pelo presidente Arthur Cunha Lima para acompanhar os procedimentos das casas legislativas municipais, visando a fixação dos subsídios dos vereadores para a legislatura subsequente, de acordo com os requisitos legais, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A providência decorreu da necessária observância aos dispositivos constitucionais que regem a matéria. No ofício circular nº 21/2016, o presidente do TCE já tratara de alertar os presidentes de Câmaras para o exato cumprimento do que o Supremo Tribunal Federal dispõe sobre a questão.

Folha de pessoal para cruzamento de dados

Gestores de todos os órgãos públicos paraibanos – estaduais e municipais – foram convocados a remeter ao Tribunal de Contas da Paraíba, até 10 de maio, a folha de pessoal de março/2016 para um cruzamento de dados, em âmbito nacional, destinado a verificar acumulação irregular de cargos públicos e recebimento de remuneração acima do teto constitucional.

Por meio do ofício circular nº 010/2016, expedido em 7 de abril, o presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, orientou que os gestores remetessem à Corte o **“arquivo com dados cadastrais e financeiros de todos os pensionistas e servidores ativos e inativos do Ente ou Entidade sob sua gestão, incluindo os membros do Poder, quando for o caso; comissionados; temporários (art. 37, inciso IX, da Constituição Federal); e codificados, caso haja; aposentados e instituidores de pensão por morte”**.

R\$ 51 milhões para cobrança judicial

Valor notificado ao Ministério Público pela Corregedoria do TCE é a soma dos débitos impostos a gestores públicos durante 2015/2016

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas da Paraíba remeteu, ao longo do biênio 2015/2016, à Procuradoria Geral da Justiça, para cobrança judicial, débitos impostos a gestores públicos que somados atingem a cifra de R\$ 51.193.980,76.

A providência resultou do julgamento de processos de prestações de contas oriundos de Prefeituras, Câmaras Municipais e outros entes públicos paraibanos.

Em 2015 e 2016, a Corregedoria do TCE, organismo sob comando do conselheiro Fernando Rodrigues Catão, também encaminhava à Procuradoria Geral do Estado (PGE), para idêntica cobrança, acórdãos contendo multas globais da ordem de R\$ 5.338.707,95 aplicadas a gestores municipais e estaduais.

No mesmo período, o TCE emitiu 108 pareceres contrários à aprovação de contas públicas pelas quais foram responsáveis 109

gestores paraibanos. O número de certidões emitidas ao cabo do biênio chegou a 1.112.

A movimentação de processos compreendeu a entrada de 1.230 no exercício de 2015 e 972, no de 2016, totalizando 2.202. As saídas, enquanto isso, alcançaram a cifra de 2.349, resultado da soma de 1.363 processos (em 2015) com 986 (no ano seguinte).

A verificação de cumprimento de decisões emanadas do Tribunal de Contas do Estado, outra providência sob encargo da sua Corregedoria, apontou, no ano de 2015, 28 cumprimentos integrais, 20 cumprimentos parciais e 80 não cumprimentos. No exercício de 2016, os números somaram, nessa ordem, 38, 33 e 127.

Órgão de fiscalização e disciplina, a Corregedoria Geral do TCE tem, ainda, entre suas finalidades, a contribuição com a eficiência, a ética e o aprimoramento dos processos internos de trabalho, em atendimento a pertinentes normas regulamentares.



Transparência evolui com trabalho do TCE

Prefeituras se destacam em avaliação e conselheiro Arthur Cunha Lima reitera empenho da Corte para fiel cumprimento da legislação

Dez prefeituras municipais, do total das 223, mantiveram as melhores notas conferidas pelo Tribunal de Contas da Paraíba aos sites exigidos pelas Leis de Transparência e do Acesso à Informação. Os números resultaram da segunda avaliação do Índice de Transparência Pública de 2016 (período de julho a novembro), realizado e divulgado pelo TCE em dezembro.

Pela ordem, João Pessoa com nota 9,9 em uma escala de zero a dez, ficou em primeiro lugar, seguido

por Píripituba (9,9), Nova Floresta (9,85), Picuí (9,85), Solânea (9,85), Pombal (9,40), Frei Martinho (9,35), Pedra Branca (9,35), Rio Tinto (9,30), Damião (9,20) e Baraúna (9,15).

As dez piores notas, enquanto isso, ficam com Santo André (3,4), Brejo dos Santos (2,1), Mato Grosso (1,8), Catingueira (1,2), Duas Estradas (0,0), Areia (0,0), Caaporá (0,0), Curral de Cima (0,0), Igaracy (0,3) e Parati (0,0). As cinco últimas Prefeituras deixaram de possuir seus portais, apesar do fato de que os man-

tinham na primeira aferição do ano, no período de janeiro a junho, feita pelo TCE.

O Índice de Transparência de 2016 também demonstra, neste segundo período, que 158 Câmaras de Vereadores exibem seus Portais à consulta pública. Em 2015, elas eram 106. O site do Governo do Estado obteve, neste último levantamento, nota 8,3 para o conteúdo exibido, nota 10 para a série histórica e frequência de atualização e 10 para a usabilidade, com pontuação total de 9,2. No geral, houve boa evolução do conteúdo apresentado à sociedade pelos sites em questão.



Paraíba é 1º lugar em ranking do MPF

A Paraíba se manteve em 2016 numa posição de destaque no ranking dos portais da transparência dos municípios. Avaliação divulgada pelo Ministério Público Federal incluiu os municípios do Estado na 6ª posição no País e 1º no Nordeste.

O presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, ressaltou o trabalho realizado pela Corte com as rodadas periódicas de inspeções especiais, e reiterou o empenho da Presidência para manter as ações voltadas ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei da Transparência.

O vice-presidente do TCE/PB, conselheiro André Carlo Torres Pontes, levou ao conhecimento do Pleno da Corte os números divulgados pelo MPF, ressaltando a importância do trabalho realizado pelo Tribunal de Contas há três anos. O Tribunal editou resolução específica para regulamentar os procedimentos, conforme as determinações das leis de Acesso à Informação (12.527/2011) e Lei Complementar (131/2009).

Em 2015, a Paraíba alcançou o 3º lugar no ranking nacional, atrás apenas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e chegou a figurar entre os poucos estados onde todos os municípios implantaram portais de transparência, graças também ao trabalho do TCE em parceria do FoccoPB – Fórum de Combate à Corrupção.

O Ranking da Transparência do Ministério Público Federal é de-

envolvido pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF e monitora todos os 5.567 municípios do país, além dos 26 estados e do Distrito Federal.

Iniciativa incentiva cidadão a acompanhar gastos públicos

O Tribunal de Contas do Estado divulgou, em 01 de julho de 2016, o quinto Relatório da Transparência Pública da Paraíba, que tem como objetivo avaliar o grau de transparência dos órgãos públicos estaduais, prefeituras e câmaras municipais. Essa iniciativa permite que qualquer cidadão possa acompanhar os procedimentos administrativos e gastos realizados pelos gestores, conforme às exigências das Leis da Transparência.

Trata-se de levantamento iniciado em abril de 2013, em decorrência de parceria do TCE/PB com o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público Estadual (MPE).

O atual vice-presidente da Corte, conselheiro André Carlo Torres Pontes, ressaltou, com números, a evolução permanente dos procedimentos de transparência das gestões públicas paraibanas. “Em 2013, apenas quatro Prefeituras possuíam portais de transparência. Hoje em dia, todas os dispõem à consulta popular”, lembra.

Inspeções avaliam Estado e municípios

O TCE/PB deflagrou em 12 de maio de 2016, mais um procedimento de inspeção especial destinado a avaliar as práticas de transparência das ações, receitas e despesas sob responsabilidade dos prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais e dirigentes de órgãos das administrações direta e indireta do Governo do Estado. Além dessas avaliações periódicas, rotineiramente os técnicos do TCE fazem verificações nos sites e órgãos públicos.

A providência atende às exigências das Leis da Transparência e do Acesso à Informação. Um total de 24 auditores e auxiliares de Auditoria de Contas Públicas se encarregou da tarefa.

As análises da equipe técnica levam em conta, mais uma vez, critérios relacionados ao conteúdo, atualização e facilidade de consulta a informações e dados expostos nos Portais de Transparência que devem ser mantidos, obrigatoriamente, por dirigentes dos organismos públicos. Em seus julgamentos, o Tribunal tem na eventual inexistência ou ineficácia desses portais motivo de ressalvas às prestações de contas desses gestores.

Colaboração com a Justiça Eleitoral

Tribunal de Contas leva ao TRE lista de gestores com contas reprovadas e subsidia análise de candidaturas à luz da ‘lei da Ficha Limpa’

Seiscentos e sete gestores públicos da Paraíba com contas reprovadas no Tribunal de Contas do Estado nos últimos oito anos compuseram a lista que foi entregue, em 20 de junho 2016, ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB) e a Procuradoria Regional Eleitoral da Paraíba (PRE/PB).

Na listagem constaram 1.243 processos, envolvendo prestações de contas dos prefeitos e presidentes de Câmaras, convênios, institutos

de previdência, fundação, Fundo Municipal de Saúde, secretarias de Estado e municípios.

A listagem ficou disponível no portal do TCE/PB (portal.tce.pb.gov.br), para auxiliar a Procuradoria Regional Eleitoral da Paraíba e o Tribunal Regional Eleitoral a barrarem candidaturas, nos termos da nova Lei da Ficha Limpa, que considera os julgamentos dos Tribunais de Contas como um dos critérios para decretar a inelegibilidade.

A entrega foi na sede do Ministério Público da Paraíba (MPPB). A lista continha nomes dos gestores que tiveram contas julgadas e reprovadas nos últimos oito anos, seja nas Câmaras ou no Pleno do TCE/PB. A partir deste documento encaminhado pelo conselheiro Arthur Cunha Lima, os promotores eleitorais puderam analisar caso a caso e impetrar as ações de impugnação de candidaturas relativas ao processo eleitoral de outubro/2016.

A entrega da lista ao TRE/PB foi feita pelos conselheiros Fernando Catão e André Carlo Torres Pontes.



ATENÇÃO À CRISE HÍDRICA DO SEMIÁRIDO

Seminário promovido pelo TCE traz à Paraíba especialistas renomados para debater gestão da água e alternativas econômicas

Dirigentes de organismos públicos, integrantes de quadros técnicos estaduais e municipais, pessoas vinculadas à área da meteorologia e aos meios acadêmicos acompanharam, entre os dias 01 e 02 de setembro/2016, o Seminário “*A Crise Hídrica no Semiárido Paraibano*” evento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, objetivando debater temas relativos a um dos mais danosos períodos de seca já enfrentados na região Nordeste, em especial no semiárido paraibano.

O evento foi aberto pelo presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arthur Cunha Lima, no Auditório Celso Furtado, do Centro Cultural Ariano Suassuna, pertencente à Corte, onde nomes de expressão regional e nacional – entre eles estudiosos das mudanças climáticas e da gestão dos recursos hídricos – buscaram respostas e caminhos para a melhor solução dos problemas decorrentes da longa estiagem.

“Precisamos visualizar alternativas e apontar soluções. Temos o dever, antes de mais nada, de descortinar



a realidade da política de recursos hídricos que assume dimensão de prioridade absoluta para a sobrevivência do próprio Estado da Paraíba”, comentou o presidente do TCE, na saudação aos expositores e ao público.

Ele fez ver que assuntos dessa ordem não fogem à competência da Corte que preside. “Estamos falando de um avanço na atuação dos Tribunais de Contas que delineiam o aperfeiçoamento da gestão pública. A sociedade pode avaliar, agora, não só a quantida-

de, mas a eficácia dos gastos governamentais”, explicou.

Em seguida, mencionou a realização, pelo TCE, de auditorias operacionais úteis ao aprimoramento de obras e serviços públicos nas áreas da saúde, educação, saneamento, meio ambiente, mobilidade urbana e engenharia de irrigação.

Coordenador da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), órgão do TCE responsável pelo Seminário, o conselheiro Marcos Costa citou a canção de Humberto Teixeira e Luiz Gon-

zaga, “*Vozes da Seca*”, na saudação aos participantes e aos representantes das universidades parceiras: a UFPB, a UFCG e a UEPB.

Lembrou que, ao assumir a coordenação da Ecosil, a discussão da seca e seus problemas já havia sido idealizada pelo conselheiro Fernando Catão. E prosseguiu: “Seguindo o curso do planejado e completada a equipe com os professores Heber Pimentel e Sérgio Góis, como consultores científicos informais, passou-se ao momento seguinte: a escolha e convites aos mais renomados e qualificados especialistas nas questões agora debatidas”.

O corregedor do TCE, conselheiro Fernando Catão, idealizador do evento, agradeceu pelos apoios à ideia do Seminário recebidos do presidente Arthur Cunha Lima, de seus pares e da equipe de técnicos e servidores da Casa. E enfatizou o pronto atendimento ao convite feito aos expositores, em curto espaço de tempo. Sua fala introduziu a apresentação de um filme que expõe, com minúcias, a penúria de terras áridas, a má gestão dos recursos hídricos e a situação alarmante dos reservatórios e leitos de rios.

Com formação profissional na área de engenharia, o conselheiro Catão falou, ainda, com a experiência de quem já coordenou três auditorias operacionais do TCE em reservatórios, no sistema de abastecimento d’água de João Pessoa e no Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (Pivas). Ele enxerga, a propósito, a similitude de problemas no Pivas e nas obras

e propósitos relacionados à transposição do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional.

“Nosso objetivo foi visualizar alternativas e apontar soluções. Temos a obrigação de descortinar a realidade da política de recursos hídricos que assume dimensão de prioridade absoluta para a sobrevivência do próprio Estado da Paraíba”, comentou na ocasião, o presidente do TCE, na saudação aos expositores e ao público.

Durante o evento várias autoridades e especialistas apontaram possíveis soluções e expuseram os limites da crise, a exemplo do climatologista Paulo Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ao falar sobre os impactos das mudanças climáticas para o semiárido do Nordeste. Ele enfatizou a possibilidade da região com energias alternativas (fotovoltaica e eólica): “O Nordeste pode fornecer a energia que o Brasil consome. E ter, ainda, condições de alcançar um estágio de grande prosperidade, num futuro não tão distante”.

Especialistas vêm várias alternativas

O professor Heber Gomes, que é coordenador do Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento da Universidade Federal da Paraíba, apresentou alternativas para levar água ao Compartimento da Borborema. Ele sugere um sistema adutor, saindo do sistema Gramame/Mamuaba –

que abastece a região metropolitana de João Pessoa, passando pelas margens das BRS 101 e 230 até Campina Grande.

Já o professor Eduardo Pacheco Jordão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sua palestra falou sobre reuso de águas residuárias. O consultor e mestre em engenharia civil e recursos hídricos, Sérgio Goes, enfatizou a reabilitação da bacia hidrográfica do reservatório Epitácio Pessoa, destacando aspectos como proteção das nascentes de rios e da cobertura vegetal, ações de reflorestamento, de educação ambiental e sanitária, e, ainda, recuperação de áreas degradadas.

Por outro lado, o secretário de Recursos Hídricos do Estado, João Azevedo, durante exposição, fez um prognóstico para a chegada das águas do Rio São Francisco. Assegurou que 85% das obras do canal da transposição do Rio São Francisco já estão prontas para chegar ao Estado pelo Eixo Leste, no portal de entrada na cidade de Monteiro, com previsão para o mês de abril de 2017.

Ao final, o Tribunal de Contas projetou a elaboração de um documento a ser encaminhado ao Gabinete da Presidência da República, ao Congresso Nacional, aos Governos Estaduais, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores dos Estados e Municípios atingidos pela seca, reunindo o conjunto de exposições, painéis e debates do Seminário “*A Crise Hídrica no Semiárido Paraibano*”.

Evento internacional no TCE discute combate mundial à corrupção

Conferência 'Um Diálogo Suíço-Brasileiro' foi prestigiada pelo juiz Sérgio Moro



O juiz Sérgio Moro, em conferência no Tribunal de Contas da Paraíba, defendeu que, além da punição aos corruptos, deve ser fortalecido o trabalho de recuperação do produto do crime.

Expressões dos meios jurídicos e acadêmicos nacionais e internacionais participaram, em maio de 2016, no Tribunal de Contas da Paraíba, da Conferência “*Investimento, Corrupção e o Papel do Estado – Um Diálogo Suíço-Brasileiro*”.

O evento, que trouxe a João Pessoa o embaixador da Suíça no Brasil André Regli, o juiz federal Sérgio Moro e o procurador do Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira, entre outros

renomados expositores, decorreu de realização conjunta com o Ramo Brasileiro da International Law Association (ILA Brasil). O evento foi idealizado e coordenado pelo procurador do Ministério Público de Contas, professor Marcílio Toscano Franca Filho.

Também, com a Universidade de Lausanne (Suíça), com a Escola da Magistratura Federal do TRF da 5ª Região e com Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil, órgão do TCE/PB coordenado

pelo conselheiro Marcos Costa), em meio a outros parceiros.

Transmitido pela *internet*, o encontro atraiu, além de grande público, as atenções de veículos da imprensa regional e nacional que escalaram repórteres para a cobertura das palestras e entrevistas com os expositores.

SAUDAÇÕES – “É preciso lançar luz sobre mecanismos que possam estancar qualquer tipo de ingerência, ou interfe-

rências externas estranhas à atuação dos órgãos de controle e combate ao crime contra o patrimônio público”, observou o presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima em mensagem encaminhada aos participantes.

Ao mencionar “o funcionamento perfeito das instituições e a interdependência dos Poderes constituídos”, ele defendeu “o fortalecimento da autonomia do Judiciário, da Polícia Federal e dos Tribunais de Contas”. E concluiu: “Este evento, por sua magnitude, sela a cooperação das Nações irmãs no combate incansável aos mais diferentes níveis de corrupção. Num momento histórico para o País, não tenho dúvida de que estamos fazendo história”.

O vice-presidente André Carlo Torres Pontes, na ocasião do evento exercendo a Presidência do TCE/PB, destacou a importância da Conferência e propôs: “Vamos aproveitar bem o momento, que é de práticas contemporâneas e científicas no combate à corrupção, certos de que essa é a esperança e esse é o caminho para as futuras gerações”.

Procurador do TCU defende fim do foro privilegiado no Brasil

O procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Tribunal de Contas da União, durante o evento internacional sobre Corrupção – realizado no TCE/PB, considerou uma “excrescência” a



O conselheiro anfitrião e o juiz convidado se cumprimentam; o procurador Marcílio Franca dá boas vindas e destaca a dimensão do evento; e a plateia atenta acompanha as palestras.

existência do foro privilegiado no Brasil. Para ele, são poucos que se beneficiam com esse privilégio, num claro desrespeito ao Estado Democrático de Direito e uma discriminação à sociedade. “Não existe em outros países”.

O procurador enfatizou a participação da sociedade brasileira em todo o processo de mudança em curso no país. Júlio Marcelo defendeu a transparência na vida financeira dos entes públicos, para que a população possa acompanhar os procedimentos administrativos e como os recursos públicos estão sendo aplicados. Ele falou também da Lei do Acordo de Leniência, que veio para beneficiar aquelas empresas, envolvidas em atos de corrupção e que decidam contribuir nas investigações.

Evento Internacional somou 12 horas

Ultrapassaram doze horas de duração os cinco painéis da Conferência “Investimento, Corrupção e o Papel do Estado – Um Diálogo Suíço-Brasileiro”, promovida no Tribunal de Contas da Paraíba. Durante esse tempo, um público numeroso acompanhou a exposição de temas atinentes a grandes questões nacionais e internacionais.

PARTICIPANTES – Dez Tribunais de Contas do Brasil estiveram representados nos dois dias da Conferência “Investimento, Corrupção e o Papel do Estado – Um Diálogo Suíço-Brasileiro”.

Houve as participações dos conselheiros Thiers Montebello (TCM/RJ), Daniel Augusto

Goulart e Carla Santillo (TCE/GO), Antonio Cristovão Correia de Messias (TCE/AC), Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço (TCE/AP) e Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque (TCE/AL).

Do Tribunal de Contas da União, além do procurador Júlio Marcelo de Oliveira (que fez a conferência magna de abertura) veio a assessora Adriana Palma Freitas, representante do ministro Aroldo Cedraz. O procurador Auro Augusto Caliman (TCE/SP), o assessor jurídico Pedro Henrique Dornas de Carvalho Silva (TCE/MG) o auditor Herbert Covre Lino Simão ((TCE/MS) e o diretor geral Gustavo Pimentel da Costa Pereira (TCE/PE) completaram o quadro de emissários.



Uma grande estrutura de atendimento foi montada para atender ao público numeroso que acompanhou as exposições de especialistas em controle externo e de ações de combate à corrupção em âmbitos nacional e internacional.



Juiz Moro: além da pena, é preciso reaver produto do crime

“É preciso saber que o crime não pode compensar. Não é somente a punição”, disse o juiz federal Sérgio Moro, ao alertar que no Brasil há uma certa morosidade para se chegar ao julgamento final de um caso, situação que prejudica a relação com países que exigem a definição dos casos para repatriação de valores, apesar de considerar que os processos no País são mais complexos.

A declaração do juiz Sérgio Moro foi feita em sua palestra na conferência sobre corrupção, no auditório do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Ele e os professores Marcílio Franca, Andreas Ziegler e Sérgio Moro falaram de temas relativos a sigilo bancário, ilícitos nos negócios com obras de arte e a cooperação além-fronteiras nas ações de combate aos desvios de recursos públicos.



O Juiz Sérgio Moro e o professor Andreas Ziegler receberam durante o evento a Medalha Cunha Pedrosa, a mais importante condecoração do TCE/PB.



TCE/PB entregou 'Medalha Cunha Pedrosa' ao juiz Moro e ao professor Andreas Ziegler

O presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, conselheiro Arthur Cunha Lima, entregou, em nome da Corte, a 'Medalha Cunha Pedrosa', ao juiz federal do Paraná, Sérgio Moro e ao professor Andreas Ziegler, da Universidade de Lausanne, Suíça, e presidente da Internacional Law Association – ILA Suíça. Trata-se da mais importante condecoração do TCE/PB a personalidades que se destacam em favor do controle externo ou do correto exercício da administração pública.

As homenagens aconteceram no final da Conferência Internacional "Investimento, Corrupção e o papel do Estado – Um Diálogo Suíço-Brasileiro".

O professor Andreas Ziegler, da Universidade de Lausanne, Suíça, recebeu a Medalha Cunha Pedrosa das mãos do juiz federal da 5ª Região, Bruno Teixeira.

Portais internacionais de notícias divulgam a conferência na Paraíba

Os portais de notícias internacionais "International Law Association" de Londres e o da Universidade de Lausanne, na Suíça, divulgaram a realização da Conferência Internacional "Investimento, Corrupção e o papel do Estado – Um Diálogo Suíço-Brasileiro", realizada no Centro Cultural Ariano Suassuna, sede do TCE/PB, em João Pessoa, nos dias 27 e 28 de maio de 2016.

PEDRO DA CUNHA PEDROSA

Mais conhecido como Cunha Pedrosa, nasceu em Umbuzeiro, na Paraíba, no dia 30 de junho de 1863 e faleceu no Rio de Janeiro em 27 de março de 1947. Em seus longos anos de vida pública atuou como advogado, promotor, Juiz e ministro do Tribunal de Contas.

TCE propõe fórum permanente da falésia

Tribunal reúne órgãos públicos e ambientais e defende esforço conjunto e contínuo sobre ações de proteção da barreira do Cabo Branco



As discussões, no Plenário Ministro João Agripino Filho, envolveram licenciamento ambiental, propostas da engenharia, tempo de execução e custo do projeto de proteção da barreira do Cabo Branco.

O Tribunal de Contas do Estado reuniu, em 22/07/2016, no Plenário Ministro João Agripino Filho, representações de órgãos públicos e ambientais para debater alternativas de proteção da barreira do Cabo Branco, área que descortina a Praia do Seixas, ponto extremo-oriental das Américas.

Por se tratar de marco de importância continental, o TCE resolveu dar a estas discussões o caráter de fórum permanente, até a solução final do problema. Ele explicou a todos que

às Cortes de Contas do País não compete mais somente o exame posterior de atos, receitas e gastos efetuados pelo poder público.

Atualmente, ressaltou ele, é igualmente importante "a análise concomitante e permanente da gestão pública". No caso das alternativas de proteção da barreira do Cabo Branco "as discussões dizem respeito a um cartão postal de João Pessoa e a um patrimônio inestimável dos paraibanos, por sua importância geográfica, cultural e histórica".

A secretária de Planejamento de João Pessoa, Daniela Bandeira, apresentou, na abertura do evento, o projeto da prefeitura consistindo, basicamente, na execução de oito quebra-mares, proteção do sopé da falésia, drenagem pluvial e pavimentação de vias.

"Existem percalços técnicos para todos os projetos e soluções até aqui destinados à falésia do Cabo Branco, de modo que devemos ter serenidade e humildade suficientes para superá-los", ressaltou o vice-presidente do TCE, conselheiro André Carlo

Torres, “idealizador dos entendimentos”. Ele propôs que dali em diante, as discussões passassem a ter no Tribunal de Contas do Estado “o seu fórum permanente, transparente e aberto a todas as opiniões”.

VISÃO NOVA – O conselheiro Fernando Catão reafirmou a existência de um Tribunal “com uma nova visão e um novo paradigma”. Lembrou que já passou o tempo em que o sistema de controle externo se limitava à conformidade dos processos e à análise de papéis. “Desenvolvemos, hoje, também, ações preventivas e de auxílio aos administradores públicos”, disse.

Participaram, ainda, os secretários municipais do Planejamento (Daniela Bandeira) e Infraestrutura (Cássio Araújo Cananéa Andrade), os representantes da Procuradoria Geral da Justiça (Bertrand Araújo Asfora), da Capitania dos Portos (1º tenente Vinícius Araújo), do Ibama (Ronilson José da Paz), da Sudema (Cristiana Cavalcante), do CREA (Antonio Mousinho Fernandes Filho), da UFPB (oceanógrafo Gilberto Alves Pekala), da Associação dos Amigos da Berreira (Rodrigo Clemente de Brito Pereira) e o promotor de Justiça José Farias Souza Filho.



A secretária Daniela Bandeira explicou ao público do debate que toda parte de drenagem, pavimentação, enrocamento, engorda e quebra-mares foi prevista na obra.

Gestão põe tecnologia a serviço da eficiência

Evolução de sistemas e ferramentas de controle agiliza processos, facilita acesso a dados e torna a administração pública mais transparente

No decorrer do biênio 2015/2016, por meio de sua assessoria técnica – Astec –, o Tribunal de Contas da Paraíba aperfeiçoou e desenvolveu seus sistemas de captação, tramitação e disponibilização de dados. Com afincos, trabalhou objetivando al-

cançar o máximo de eficiência no seu papel fiscalizador e, também, para possibilitar que a sociedade acompanhe, com toda transparência, não só a aplicação legal e correta dos recursos públicos, mas principalmente seus resultados, na forma de benefícios à população.

Gestores e representantes de órgãos estaduais e municipais, de prefeituras e Câmaras de Vereadores, advogados, contadores e técnicos que prestam serviços ao setor público, foram convidados em diversas ocasiões para eventos destinados a esclarecê-los e capacitá-los ao uso de novas ferramen-



tas e a interagir com a Corte por meio dos sistemas atualizados.

Exatamente como se deu, por exemplo, em relação ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade, que ganhou uma nova versão em 2016, no módulo Sagres Captura, destinada a agilizar o trâmite processual do âmbito da Corte, abrindo caminho, assim, para um novo formato de recepção dos dados, com a informação diária da execução da despesa *online*.

Ainda no Sistema Sagres, o trabalho da Astec permitiu a disponibilização do módulo de pessoal, para a atualização dos dados dos servidores e a movimentação funcional enviada ao Tribunal desde 2009.

A partir do mês de março/2016, o aprimoramento do Sistema de Tramitação de Processos permitiu ao TCE dispensar a utilização de papel, agilizando os trâmites, pelos meios digitais. Iniciativa que serviu, inclusive, à digitalização de certidões e denúncias, cujos originais passaram então a ser devolvidos aos interessados.

O aperfeiçoamento do Tramita permitiu a validação dos arquivos digitais diretamente através do Portal, a consulta de débitos e multas executadas na PGE/MP disponível também no Portal, a emissão de relatório automatizado dos processos de concursos públicos e a formulação de denúncias *online*.

Em setembro/2016, uma nova versão – de uso mais simples que a anterior –, do Sistema de Georreferenciamento de Obras (GeoPB) ampliou o detalhamento das obras acompanhadas. Criado há

mais de quatro anos – em parceria, inicialmente, com a Universidade Federal de Campina Grande, mas depois aperfeiçoado por quadro próprio do TCE – o GeoPB serve à identificação, inclusive por fotos de satélites, de obras realizadas, ou em realização, com recursos públicos, em todos os pontos do Estado.

Para o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Arthur Cunha Lima, o avanço do sistema “atende ao constante aprimoramento dos mecanismos de controle dos atos e gastos públicos, uma exigência cada vez maior da sociedade”.

GeoPB armazena informações sobre processos licitatórios, ordens de serviços e dinheiro empenhado em obras e bens, o que tem favorecido a instalação pelo TCE de um banco de dados de extrema valia para o setor público e o contribuinte paraibano.

Como esses, outros instrumentos, produtos e ferramentas desenvolvidas, e permanentemente aperfeiçoadas, por seu próprio quadro técnico, têm servido tanto ao TCE/PB, no cumprimento de suas atribuições constitucionais, quanto às instituições parceiras que também acompanham e fiscalizam a aplicação dos recursos públicos. E contribuído para manter o Tribunal paraibano em destaque no controle externo brasileiro.

Atualização constante e trabalho de gestão da informação

SISTEMA SAGRES

- 1 – Sistema unificado de cadastro e portal de informação. Nomeados de SAGRES Cidadão e SAGRES Gestor;
- 2 – Novo formato de recepção dos dados do SAGRES Captura, com a informação diária da execução da despesa *online*;
- 3 – Implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) para recebimento e validação dos dados contábeis;
- 4 – Disponibilização do módulo de Restos a Pagar, possibilitando a baixa e cancelamento de empenhos de anos anteriores;
- 5 – Disponibilização do módulo de pessoal, para atualização dos dados dos servidores e movimentação funcional enviadas ao TCE/PB desde 2009.

TRAMITA

- 1 – Envio de todos os documentos e processos em meio digital, em especial o desenvolvimento do módulo de Benefícios Previdenciários;
- 2 – Conversão dos processos físicos em misto;
- 3 – Citação postal mais econômica (sem a necessidade de impressão da docu-

mentação que era encaminhada em anexo);

- 4 – Denúncia *online*;
- 5 – Requerimentos administrativos em meio digital;
- 6 – Validação dos arquivos digitais através do Portal;
- 7 – Normatização do Processo Eletrônico;
- 8 – Mural de Concurso disponível no Portal;
- 9 – Relatório automatizado dos processos de concurso;
- 10 – Aquisição de base atualizada da Receita Federal e integração com o TRAMITA;
- 11 – Consulta de débitos e multas executadas na PGE/MP disponível no Portal.

SISTEMA DE OBRAS

- 1 – Novo Geo-PB (utilizando novas tecnologias). Implantado e disponível em <http://geoobras.tce.pb.gov.br/>.
- 2 – Avaliação de soluções maduras (e de código livre) de geoprocessamento.
- 3 – Construção do GeoPB em base unificada.

SISTEMAS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS (Despesa Legal & Controle Social)

- 1 – Manutenção do funcionamento dos sistemas;
- 2 – Gestão de contas nas lojas de dispositivos móveis (Google Play e iOS App Store);
- 3 – Reforço do uso da ferramenta no TCE (almoxarifado e financeiro);

- 4 – Atualizações de bibliotecas de *software* em novas versões dos *softwares*;
- 5 – Apresentação do ‘Despesa Legal’ realizada no Congresso de TCs em Dezembro/2015 no Recife.

HELP DESK

- 1 – Implantação do *Help Desk* no segundo semestre de 2015;
Estatísticas:
* 8.375 atendimentos realizados durante o biênio;
* 4.770 solicitações internas e 3.605 externas;
* 944 Correções de bugs/ 767 dúvidas, 6533 procedimentos especiais, 131 sugestões.

- 2 – Elaboração e disponibilização do Manual do sistema de Concursos Públicos;
- 3 – Elaboração e disponibilização do Manual do Sistema de Benefícios Previdenciários;
- 4 – Treinamentos de Responsáveis Técnicos dos jurisdicionados nos diversos sistemas do TCE;
- 5 – Levantamento e atualização das informações das Resoluções Normativas no Portal do TCE.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

- 1 – Atualização do IDG–PB;
- 2 – Desenvolvimento do sistema web – IEGM;
- 3 – Elaboração da Matriz de Risco para Diligência;

- 4 – Elaboração de Matriz de Risco Obras;
- 5 – Elaboração de Matriz de Risco de Licitação;
- 6 – Elaboração de Matriz de Risco de Fornecedores;
- 7 – Rotinas de acompanhamento mensal, no período eleitoral, das despesas com pessoal, nas rubricas: excepcional interesse público e serviços de terceiros pessoa física;
- 8 – Emissão de relatórios sensíveis (empresas inidôneas, aquisição de combustível via cartão eletrônico);
- 9 – Suporte em pesquisa eletrônica para a Auditoria Operacional;
- 10 – Suporte em pesquisa eletrônica para a ECOSIL.

Banco de dados do TCE/PB é ferramenta de consulta do MPF para investigação de fraudes em licitações

O banco de informações do Tribunal de Contas da Paraíba, utilizado por meio do sistema Sagres – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade, foi mais uma ferramenta utilizada pelo Ministério Público Federal – MPF, na operação “Desumanidade”, deflagrada pela Polícia Federal em 28 de junho de 2016 para investigar fraudes em processos licitatórios e que terminou com a condução coercitiva de 14 pessoas, três prisões preventivas e

mandatos de busca e apreensão nos municípios de Patos, Quixaba, Emas e João Pessoa.

Segundo o Procurador-Chefe do MPF, Rodolfo Alves Silva, a constante troca de informações entre o MPF e o TCE/PB, fortalece a atuação do órgão ministerial, “haja vista a constante necessidade de aprimoramento das técnicas de investigação, as quais se servem justamente do grande quantitativo de informações que são disponibilizadas pelo Tribunal de Contas”, observou ele.

A operação investigou esquemas de licitações fraudulentas, por meio de empresas de construção contratadas por diversas prefeituras paraibanas.

Atuação do Ministério Público de Contas

Trabalho transcende formalidade e verifica se aplicação dos recursos públicos atende princípios da economicidade, eficiência e eficácia

Instituição responsável pela defesa da ordem jurídica, orçamentária, fiscal e financeira perante o TCE, o Ministério Público de Contas da Paraíba emitiu, em 2016, nada menos que 1.726 pareceres relacionados aos mais variados processos de atos demandados de órgãos públicos, estaduais e municipais.

O trabalho, sob coordenação da procuradora geral Sheyla Barreto Braga de Queiroz (foto), resultou na redução de 74,48% do estoque de processos acumulados do primeiro ao último dia do ano. Eram 737 processos em 1º de janeiro, que caíram para 188 em 31 de dezembro.

Os procuradores analisaram não apenas itens formais e de cumprimento de legalidade que são vistos, por exemplo, sob aspectos de Direito Constitucional, Direito Municipal e Direito Administrativo concreto, mas também, e principalmente, se a aplicação dos recursos públicos se deu levando conta princípios relevantes de economicidade, eficiência e eficácia das gestões.



Manteve-se atento e atuante, assim, entre outros, no acompanhamento dos processos relacionados às seleções de pessoal, por excepcional interesse público, pela Prefeitura de João Pessoa, para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Cruz das Armas, e para a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” – Fundac.

O Ministério Público de Contas da Paraíba também se fez representar, no decorrer de 2016, em diversos fóruns de debates, conferências e congressos nacionais e internacionais relevantes para o aperfeiçoamento das ferramentas e instrumentos de controle externo da administração pública no país.

Destacam-se, entre esses eventos, a Conferência “Investi-





Procurador Marcílio Franca é designado para Tribunal do Mercosul

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da Paraíba, **Marcílio Toscano Franca Filho** (foto), integrará por dois anos – até 17 de dezembro de 2018 –, o **Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL**, o foro responsável por dirimir litígios e solucionar controvérsias entre os países membros do bloco – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O procurador disse ter recebido a designação com “*enorme alegria*”, mas, ao mesmo tempo, “*consciente da grande responsabilidade que é servir ao MERCOSUL e ao Brasil neste posto*”. E comentou que sua expectativa é “*honrar nossas melhores tradições, tendo como modelo e inspiração a conduta séria e competente do paraibano Epitácio Pessoa*”.

mento, Corrupção e o Papel do Estado – Um Diálogo Suíço-Brasileiro”, realizada de 27 a 28 de maio/2016 no TCE/PB; *Seminário Gasto Público e Políticas Sociais em um Cenário de Crise*, em 15 de setembro, também no TCE, o *XIV Congresso Internacional de Direito Constitucional*, ocorrido de 28 a 30 de abril/2016, em Fortaleza-CE; o *VIII Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas*, em 19 e 20 de maio/2016, em São Paulo-SP; a *77ª Conferência Bienal da International Law Association*, de 5 a 14 agosto/2016, em Joanesburgo – África do Sul; o *12º Fórum*

Brasileiro de Controle da Administração Pública, em 20 e 21 de outubro/2016, na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, e o *XXX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – A Regeneração Moral e Jurídica da Administração Pública Brasileira*, em Natal-RN.

Três procuradoras e quatro procuradores compõem o Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba: Sheyla Barreto Braga de Queiroz, Elvira Samara Pereira de Oliveira, Isabela Barbosa Marinho Falcão, Marcílio Toscano Franca Filho, Bradson Tibério Luna Camelo, Manoel Antônio dos Santos Neto e Luciano Andrade Farias.

OUVIDORIA RECEBE 3,8 MIL DEMANDAS

Canal direto do TCE com a sociedade registra, em dois anos, quase 3.000 pedidos de acesso à informação e mais de 800 denúncias

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, criada há dez anos, é acionada com frequência diária para recebimento de pedidos de acesso à informação e de denúncias de má prestação de serviços ou mau uso do dinheiro público.

O estímulo crescente ao exercício da cidadania, lembra o presidente do TCE, levou a Ouvidoria da Corte a contabilizar um volume expressivo de demandas. Só no decorrer de 2015 foram mais de mil e seiscentas demandas. Destas, exatas 476 foram protocoladas em forma de denúncias. E 75 processos autônomos foram formalizados, no mesmo exercício, a partir de documentos de denúncia. Houve, ainda, 1.066 pedidos de acesso à informação, baseados na Lei de Acesso à Informação (nº 12.527, de 18/11/2011), além do registro de 333 e-mails, respondidos de imediato pela Ouvidoria do TCE/PB. Em 2016, foram protocoladas 2.035 demandas. Destas, foram 416 denúncias, 1.322 pedidos de Acesso à Informação, 27 protocolos de petição e 270 registros de outros serviços.



Os números demonstram a evolução do nível de participação dos cidadãos nos assuntos da administração pública.

Os números, segundo avalia o Ouvidor Geral do TCE/PB, conselheiro Nominando Diniz, expressam clara evolução no nível de participação dos cidadãos nos assuntos da administração pública, principalmente na cobrança por mais eficiência e qualidade dos serviços prestados.

“As ouvidorias foram, com o tempo, se transformando no que

são hoje: estruturas importantes que favorecem o controle externo por meio do acolhimento de manifestações da sociedade”, observa o conselheiro Arthur Cunha Lima.

“Os números expressam clara evolução no nível de participação dos cidadãos nos assuntos da administração pública”, completou.

Parcerias reforçam o controle externo

TCE compartilha informações com instituições que também fiscalizam recursos públicos e dá suporte às ações de combate à corrupção

Diante das transformações tecnológicas e a modernização da administração pública, muda também a forma como as organizações agem e se comunicam, aumentando a necessidade de instituir novas parcerias e fortalecer as existentes. Na gestão 2015/2016 foram assinadas diversos acordos de cooperação.

Apoio ao Gaeco contra desvio de verbas públicas

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Arthur Cunha Lima, recebeu, no dia 07 de março de 2016, o comando do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) para o reforço de providências destinadas ao endurecimento do combate à corrupção e ao desvio de dinheiro público na Paraíba.



O Tribunal e o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado, (MPPB) reforçaram parcerias para troca de informações.

“Queremos estreitar, ainda mais, os nossos laços a fim de conter não apenas os desmandos e avanços no patrimônio e recursos da sociedade, mas, ainda, para o resgate de tudo aquilo que tenha sido desviado dos cofres públicos”, contou o presidente do TCE/PB ao término do encontro.

Coordenador do Gaeco, o promotor de Justiça Otávio Paulo Neto pediu a participação do Tribunal, também, nos trabalhos de investigação conduzidos no âmbito da “Operação Desumanidade”, título tomado pela ação judicial e policial que apura, no Sertão paraibano, o alcance de verbas destinadas a obras nas áreas de saúde e educação.

Do encontro, no gabinete do conselheiro Arthur Cunha Lima, ainda participaram o representante da Controladoria Geral da União, Gabriel Wright, os promotores Rafael Linhares e Manoel Casimiro, e técnicos do TCE/PB.

A ocasião serviu, ainda, ao reforço do compromisso da troca de informações entre os parceiros quando relacionadas ao andamento de processos instaurados, na área do Ministério Público, com base em inspeções do Tribunal de Contas.

Atuação com a Espep para qualificação de servidores

Os conselheiros Arthur Cunha Lima, presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, e Marcos Costa, coordenador da Escola de Contas do TCE, assinaram em 9 de agosto/2016, no gabinete da Presidência do TCE, convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, para desenvolvimento de um amplo projeto pedagógico de qualificação dos funcionários públicos paraibanos.

Estiveram presente à solenidade a superintendente da Espep, Luciane Alves Coutinho; o conselheiro Arnóbio Viana; o diretor do Centro Cultural Ariano Suassuna, Flávio Sátiro Filho; e o assessor técnico da Escola, Lincoln Motta.

A parceria, em regime de “mútua cooperação técnica, científica e administrativa”, permitirá a otimização de recursos e co-



Assinatura de convênio entre TCE/PB e a Espep. E membros do TCE de Alagoas em visita à Corte paraibana para conhecer estrutura e ferramentas tecnológicas.



nhecimento, além das estruturas física e docente das instituições, integrando-as com vistas a alcançar a máxima eficiência e eficácia do programa de capacitação, no decorrer dos cinco anos de vigência do projeto, segundo avaliou o presidente.

Alagoas se espelha no TCE/PB para ter sistema eletrônico

“Iniciamos a implantação do nosso sistema e aqui estamos por termos na Paraíba uma das nossas melhores referências”. A observação é do conselheiro Fernando Ribeiro Toledo, do Tribunal de Contas de Alagoas, quando veio conhecer, em 28

de abril de 2016, as ferramentas desenvolvidas pelo TCE/PB, a exemplo do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres) e do Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos (Tramita).

O conselheiro, mais um grupo de técnicos integrantes da Comissão de Implantação do Processo Eletrônico do TCE/AL, ouviram do presidente da Corte de Contas da Paraíba, conselheiro Arthur Cunha Lima, a defesa dos investimentos em Tecnologia da Informação como providência indispensável ao aprimoramento do controle externo das receitas, atos e gastos públicos.

O TCE do Estado de Alagoas já é o oitavo Tribunal de Contas do

País interessado em conhecer os avanços tecnológicos do congêneres paraibano.

Ação com os Correios permite citação por AR Digital

Uma audiência em janeiro de 2016, no gabinete da Presidência da Corte, deu início à formação de uma parceria entre o Tribunal de Contas do Estado e a Empresa de Correios e Telégrafos para implantar o AR Digital V-Post, sistema de citação e intimação virtual, para acelerar e permitir mais rapidez no envio de informações e encurtar os prazos de cumprimento.

Na ocasião, o presidente Arthur Cunha Lima, explicou que essa era mais uma iniciativa do Tribunal de Contas, preocupado em agilizar as atividades administrativas e jurisdicionais. Antes o sistema informatizado providenciava a impressão e assinatura manual. Agora, com V-Post, basta que o interessado, no caso o conselheiro, assine digitalmente o despacho que determina a citação ou intimação por carta para que o sistema do tribunal emita e envie automaticamente a carta virtual ao sistema dos Correios.

TCE e BID firmam parceria para auditar empréstimos externos

“Mais uma prova da credibilidade e do reconhecimento ao papel e à atuação do Tribunal de Contas da Paraíba”. Foi esta a ob-



O dirigente regional dos Correios, José Pereira da Costa Filho, firmou a parceria durante audiência em 28/01/2016.

servação do conselheiro Arthur Cunha Lima, ao receber em seu gabinete, na manhã de 2 de dezembro de 2016, os consultores financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Antonio Hideo Yamada e Juliana Dubeux Fontes.

O encontro deu sequência aos entendimentos, iniciados um dia antes, para o credenciamento internacional que possibilitaria ao TCE a realização de auditorias em programas e projetos financiados, na Paraíba, com recursos externos.

São 14, atualmente, as Cortes de Contas brasileiras, em meio a elas o Tribunal de Contas da União, signatárias de parceria com o BID para a auditoria de contratos de financiamento a programas e obras públicas custeados no País com recursos internacionais.

Inspeções subsidiam operações do Ministério Público

O Ministério Público e as autoridades policiais responsáveis por investigações a exemplo daquelas conduzidas no âmbito da Operação Andaime têm feito uso largo das apurações do Tribunal de Contas da Paraíba.

Na abertura da sessão plenária de 18 de fevereiro de 2016, o corregedor Fernando Catão falou do papel e da importância da Corte para o deslinde dos casos de desvios de dinheiro dos quais têm resultado, não raramente, detenções de empresários e gestores públicos paraibanos. Somente em 2015, a Corregedoria do TCE notificou o Ministério Público Estadual 118 vezes para a cobrança judicial de valores da ordem de R\$ 24.154.181,26.

Presidente Arthur Cunha Lima recebe visita dos novos estagiários do TCE/PB

O presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, recebeu em seu gabinete, no dia 21 de outubro, o grupo de estagiários aprovados no concurso público realizado em 30 de julho de 2016, que passaram a assumir seus postos de trabalho no dia 24 de outubro.

O encontro, do qual também participou o corregedor Fernando Catão, deu-se ao término do período de treinamento todos universitários que atuarão nas áreas de Administração, Direito, Engenharia Civil, Ciências Contábeis e Atuariais, Ciências da Computação e Afins, Arquivologia e Biblioteconomia do TCE.

Ao saudar a todos, o presidente da Corte observou que o fato de haverem sido aprovados num certame com testes difíceis e de enorme concorrência confirma o talento, a capacitação e o preparo de cada um deles para estes novos encargos.

A Comissão Responsável pela Seleção de Estágios tem a presidência da procuradora-geral do Ministério Público com atuação no Tribunal de Contas do Estado, a procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz.

OAB/PB destaca importância das Cortes de Contas

O advogado Paulo Maia, presidente da Seccional Paraibana da Ordem dos Advogados do Brasil, ressaltou o papel e a importância dos Tribunais de Contas no combate aos atos de improbidade administrativa, em benefício dos melhores interesses da sociedade.

Presente à sessão plenária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, no dia 05 de outubro de 2016, ocasião na qual recebeu os cumprimentos dos integrantes da Casa, ele também fez questão de acentuar o entendimento de que as Cortes de Contas detêm a prerrogativa institucional do julgamento das contas de prefeitos.

Grupo de estagiários do TCE/PB faz visita ao presidente Arthur Cunha Lima acompanhado do conselheiro Fernando Catão.



Presidente da OAB/PB, Paulo Maia, destacou em pronunciamento na plenária as prerrogativas das Cortes de Contas.

Ações solidárias e doações históricas

Iniciativas e campanhas do TCE garantem distribuição de donativos a APAE, ONG Amigos do Peito, e hospitais Padre Zé e Laureano



Momentos em que é feita a entrega de fraldas ao Hospital Napoleão e em que o Coral do TCE faz apresentação especial.

Servidores do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com a participação do presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, entregaram no dia 12 de novembro de 2015, no **Hospital Napoleão Laureano**, mais de 17 mil fraldas arrecadadas durante *Campanha da Solidariedade* promovida pelo TCE/PB. A ação fez parte das comemorações pelo Mês do Servidor.

Durante entrega das doações, o coral do Tribunal de Contas, formado por servidores, fez uma apresentação na entrada principal do Hospital Laureano, que fica localizado na Avenida Capitão José Pessoa, 1140, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa.

A *“1ª Gincana da Solidariedade”* conseguiu arrecadar 17.639 fraldas descartáveis e 340 absorventes geriátricos, além de 1.200 litros de sabonete líquido. Também foram obtidos R\$ 3.755,00,

destinados a **Organização Não Governamental Amigos do Peito**, vinculada à **Rede Feminina de Combate ao Câncer**.

Natal Solidário de servidores beneficia Vila Vicentina

Música, descontração e alegria demarcaram o início do expediente do Tribunal de Contas da Paraíba, no dia 15 de dezembro de 2016,

ocasião escolhida para a confraternização natalina dos quadros funcionais da Casa. Este ainda foi o momento para a entrega, aos idosos da Vila Vicentina, de donativos do Natal Solidário, a campanha abraçada pelos servidores do TCE e advinda do início da gestão do presidente Arthur Cunha Lima.

A entrega de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza foi acompanhada, no Centro Cultural Ariano Suassuna, do TCE, pelas fundadoras Maria Dulce, 98 anos de idade, e Maria Alice, 86. E, também, pelo dirigente recém-eleito da Vila Vicentina, Washington do Nascimento Cardoso, a quem coube os agradecimentos.

Em sua saudação, o conselheiro Arthur Cunha Lima fez ver que o transcurso de um ano no qual predominou a crise ética, moral e econômica, com reflexos graves no País e na Paraíba, não sepultou a solidariedade nem o desprendi-

mento. Referiu-se ao Tribunal de Contas do Estado como “uma Fênix que renasce mais firme e forte por mais que nele se pise”.

Sua fala conteve, também, o tom da despedida. “Divido os possíveis êxitos com meus pares e com todos os servidores desta Casa, com os não visíveis, os que não se mostram”.

Disse que a situação de crise exigirá a ajuda ao conselheiro André Carlo Torres Pontes (por quem será sucedido) em proporção maior do que a ajuda a si conferida. Mas revelou a certeza de que o sucessor, por seu talento, sua capacidade e dedicação, bem se haverá no comando do TCE. “Que a paz reine e o Natal seja de luz no coração de todos”, concluiu.

O conselheiro André Carlo, por sua vez, observou que o Natal é um período de renascimento. “É o tempo da continuação,

da perpetuação e do reconhecimento”, acentuou. Disse que muito aprendeu com aquele a quem sucederá na administração do Tribunal durante o biênio 2017/2018.

CONCERTO – Regido pelo maestro João Alberto Gurgel, o Coral dos Servidores do Tribunal de Contas iniciou o concerto natalino com o “Vinde e Adoremos”, o hino latino do Século 18 inscrito entre os mais executados, em todo o mundo, durante este período.

As peças seguintes contemplaram a fase da Jovem Guarda, assim chamado o movimento musical dos anos de 1960/70. Porém, o momento mais tocante foi o da execução de *“Marcas do que se foi”* (a canção popularizada pela dupla Don e Ravel), quando todos deram-se as mãos e acompanharam o Coral. A confraternização natalina foi encerrada com um café da manhã.



Brinquedos na campanha 'Natal dos Correios'

O Tribunal de Contas da Paraíba arrecadou, para campanha *Natal dos Correios*, grande quantidade de brinquedos e outros itens, destinados a crianças carentes. As doações foram entregues, em cerimônia simples, no dia 6 de dezembro/2016, pelos conselheiros Arthur Cunha Lima e André Carlo Torres.

TCE faz doação de computadores a instituições sociais

Antes de fechar o exercício, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba doou 23 computadores a duas instituições beneficentes de João Pessoa. Foram 12 computadores entregues ao **Hospital Napoleão Laureano** e 11 para a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**.

No **Hospital Laureano**, a entrega foi feita ao representante do hospital, o diretor geral Ivo Sérgio Borges da Fonseca, pelo presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima. “São equipamentos que, embora não tenham mais uso no Tribunal de Contas, serão de grande utilidade a entidades reconhecidas pelo importante trabalho que executam, servindo à comunidade paraibana com muito carinho, solidariedade e dedicação”, disse o conselheiro Arhur.

“Os aparelhos não têm mais utilidade no TCE, mas servirão perfeitamente às nossas necessidades.”

Ivo Sérgio Borges, Diretor do Hosp. Laureano

“Os aparelhos não têm mais utilidade no TCE, mas servirão perfeitamente às nossas necessidades, vão dar suporte ao nosso trabalho, especialmente no setor da pediatria”, destacou o diretor Ivo Sérgio Borges.

Na **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)** a entrega das doações foi realizada pelo auditor de contas públicas Raimar Redoval de Melo, assessor técnico, que representou o conselheiro André Carlo Torres Pontes, vice-presidente do TCE/PB.

Os equipamentos foram recebidos pelo presidente da **APAE**, Ivaldo Araújo, e pela diretora social da instituição, Rosália Maria Lins Araújo. A **APAE** de João Pessoa está localizada na Rua Waldemar de Mesquita Accioly, no bairro dos Bancários. Ela atende hoje 386 usuários.



Conselheiro Arthur Cunha Lima assina a doação de computadores, em ato de entrega acompanhado pela coordenadora de Comunicação do TCE/PB, Fábica Carolino, pelo chefe da Assessoria Técnica, Ed Wilson Fernandes, e pelo diretor do Centro Cultural, Flávio Sátiro Filho. Coube ao auditor Raimar Redoval formalizar a doação de equipamentos para a APAE.



Dirigentes eleitos para novo biênio

Com participação de todos os conselheiros e conselheiros substitutos, eleição escolhe corpo diretor do TCE para o período 2017/2018



Em sessão plenária de 14/12/2016, o TCE/PB escolheu seu quadro dirigente para cumprimento de mandato no biênio 2017/2018.

O Tribunal de Contas da Paraíba (TCE/PB), em sessão plenária com a presença de todos os conselheiros e conselheiros substitutos escolheu, em 14 de dezembro, os novos dirigentes da instituição para o biênio 2017/2018.

A eleição, sob a presidência do conselheiro **Arthur Cunha Lima**, ocorreu seguindo o regimento do TCE/PB, que prevê eleição secre-

ta, com cédula individual e distinta para cada cargo a compor a nova diretoria, formada pelos cargos de presidente, vice-presidente, corregedor, presidentes da 1ª e 2ª Câmaras, ouvidor e o coordenador geral da Escola de Contas Otacílio Silveira (Ecosil).

Foi eleito o conselheiro **André Carlo Torres Pontes** para presidir a Corte de Contas, ao lado do conselheiro **Arnóbio Alves Viana**

escolhido para a vice-presidência, durante o biênio 2017/2018. Para o cargo de corregedor, foi eleito o conselheiro **Fábio Túlio Nogueira**. Os conselheiros **Fernando Rodrigues Catão** e **Nominando Diniz** foram eleitos presidentes, respectivamente, da 1ª e 2ª Câmaras. Já o conselheiro **Arthur Cunha Lima** assume a ouvidoria e o conselheiro **Marcos Costa** foi eleito para coordenar a Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil).



O secretário do Pleno, Osório Ribeiro, recolhe as cédulas da votação (na ordem esquerda à direita) da qual participaram todos os conselheiros: Arthur Cunha Lima, Nominando Diniz, Fernando Catão, Marcos Costa, Fábio Nogueira, André Carlo e Arnóbio Viana.

ESPAÇO DA CULTURA E CONHECIMENTO

Centro Cultural abriga cem eventos no biênio e expande interação do TCE com a sociedade

O Centro Cultural Ariano Suassuna abrigou nos últimos dois anos cerca de cem eventos, numa demonstração de que esta unidade pertencente ao Tribunal de Contas da Paraíba consolidou-se, no biênio 2015/2016, como espaço das artes e da cultura em João Pessoa.

Tornou-se, além disso, referência na realização de atividades de qualificação e capacitação não só dos quadros técnicos do TCE/PB, mas também de gestores e servidores públicos, de membros de instituições parceiras, de universidades, e de representantes de entidades da sociedade civil. No total, foram 42 eventos no ano de 2015 e outros 57 em 2016.

Inaugurado em 2014, ao término da gestão do conselheiro Fábio Nogueira, o CCAS teve sua estrutura administrativa definida e organizada, por iniciativa do conselheiro Arthur Cunha Lima, mediante aprovação, pelo Poder Legislativo, da Lei 10.465, de 14 de maio de 2015. O que, desde



Apresentações de solistas consagrados também ajudaram a consolidar o Centro Cultural do TCE como espaço da música e das artes na capital.

então, possibilitou a atuação do centro no acolhimento das iniciativas de promoção da cultura paraibana, de qualificação de quadros para a gestão pública e de ações e eventos corporativos e institucionais variados.

Congressos e seminários locais e nacionais, palestras, lançamentos de livros, concertos, cursos, encontros e vários outros tipos de eventos de iniciativa do Tribunal e/ou de instituições par-

ceiras e entidades corporativas, garantiram a interação da Corte com a sociedade. E ajudaram a disseminar conhecimento sobre o papel do Tribunal na fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos.

Na área cultural, dois pontos altos das parcerias firmadas resultaram de convênios com a **Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa (OSMJP)** e a **Banda de Música 5 de Agosto**, da ci-



A parceria do Tribunal com a Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa possibilitou a realização da série Concertos Didáticos, atraindo público fiel e homenageando diversos compositores, clássicos e populares.

dade de João Pessoa, que culminaram em várias apresentações, numa média de dois concertos mensais, reunindo sempre um público cativo e cada vez maior.

A parceria com a OSMJP possibilitou ainda a realização dos chamados Concertos Didáticos, a exemplo do **Projeto Ação Social pela Música**, reunindo alunos dos bairros do Alto do Matheus e Mangabeira, que se apresentaram por duas vezes para estudantes de escolas públicas do bairro de Jaguaribe.

No biênio 2015/16, é possível destacar, entre os de maior relevância, eventos como: a **Conferência Internacional – Investimento, Corrupção e o Papel do Estado – Um diálogo Suíço-Brasileiro**; seminários **“A Crise Hídrica no Semi-Árido paraibano”**, e **“Gasto Público e Políticas Sociais em um Cenário de Crise”**.

Também as comemorações pelo **Sesquicentenário do Presidente Epitácio Pessoa**; o **Simpósio Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**;

o **Seminário sobre Tecnologia da Informação e Comunicação na Gestão Pública**; a **Mostra Paraíba Transparente – FOCCO**; o **Seminário Construção Eficiente no Cenário Econômico**; palestra sobre o **Novo Código Civil**.

E, ainda, o **II Encontro Paraibano de Ouvidorias Públicas e Privadas**; **Encontro de Gestores de Saúde**; **Fórum de Prefeitos da Paraíba**; **VII Encontro de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas**; **Fórum Parai-**



O Centro Cultural Ariano Suassuna também abrigou a exposição itinerante durante as comemorações pelo Sesquicentenário do Presidente Epitácio Pessoa.

bano de Lideranças; palestra sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*; lançamento dos livros *“Ponto de Vista – Crônicas de um cego que vê”*, do jornalista Neno Rabello, e *“Cintilâncias”*, do poeta repentista Oliveira de Panelas

EXPOSIÇÕES – O CCAS abrigou, em seu espaço Linaldo Cavalcanti, cinco exposições no período: *exposição de obras de Ariano Suassuna*; *exposição fotográfica Brasil/Miami*, de Toddy Holland, Carlos Martinez e Ivonete Leite; *exposição foto-*

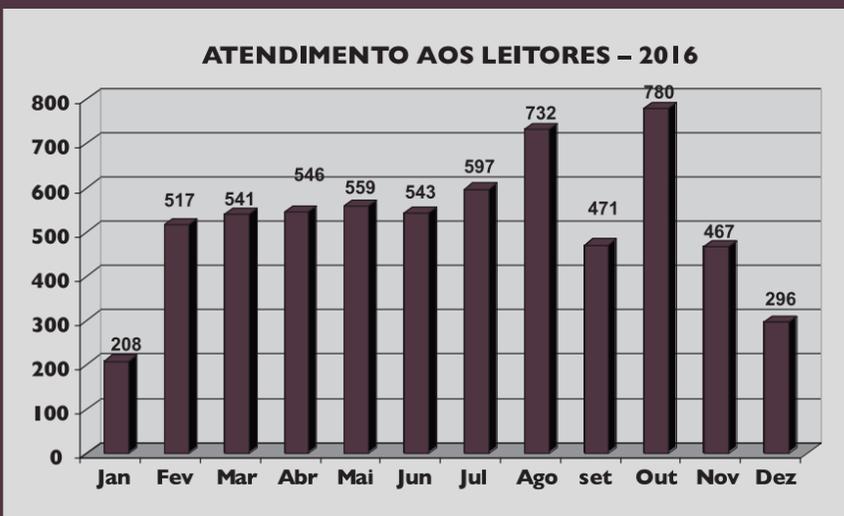
gráfica “Igrejas”, de Hermano Araruna; *exposição fotográfica “Mulheres Refugiadas”*, de Gabriella Cunha Ferraz e Victor Moriyama e a *exposição “Bayeux no Brasil e na França”* pela ONG Aliança Bayeux-Franco Brasileira.

Cadastro para acesso ao sistema eletrônico

Procedimento destinado a garantir interação com o Tramita e Portal do Gestor mobiliza jurisdicionados e atende resoluções normativas

Biblioteca

A Biblioteca Procurador General Otávio de Sá Leitão Filho realizou no exercício de 2016 o total de **6.257** atendimentos aos usuários, numa média de **521** atendimentos mensais.



Entrada na base de dados SIABI	
Livros recebidos como doação	333
Assinaturas de periódicos renovadas	14
Exemplares de periódicos recebidos	176
Artigos de periódicos indexados	550
Sumários de periódicos distribuídos	141
Legislação inserida no sistema	785
Atendimento à reserva de livros	3
Cadastro de novos leitores	79
TOTAL	2.081

O Tribunal de Contas da Paraíba cadastrou todos os gestores públicos, contadores e assessores técnicos do Estado e dos Municípios para cadastramento e recadastramento no sistema eletrônico do TCE – Tramita e Portal do Gestor. O procedimento ocorreu entre os dias 03 e 06 de janeiro de 2017.

No ofício circular nº 02/2017, encaminhado assinado pelo presidente em exercício, conselheiro André Carlo Torres Pontes, o Tribunal de Contas destacou os novos gestores (prefeitos e presidentes de câmaras) e assessores para o credenciamento e aquisição de senha.

A convocação do Tribunal de Contas atende as disposições das Resoluções Normativas TC Nºs 10/2010 e 11/2015, que tratam, respectivamente, das determinações previstas no Regimento Interno do TCE/PB e que dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e demais serviços eletrônicos, no âmbito do Tribunal de Contas da Paraíba.



O Tribunal disponibilizou, no plenário ministro João Agripino Filho, uma completa estrutura para efetuar o cadastro de gestores, assessores e contadores no Tramita e Portal do Gestor.



45 ANOS A SERVIÇO DA CIDADANIA

Publicação histórica registra evolução do TCE e destaca sua contribuição no aperfeiçoamento do controle externo na Paraíba e no Brasil

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba lançou no dia 16 de março de 2015, durante sessão do Pleno, revista comemorativa dos 45 anos de instalação da Corte. Ao apresentar a publicação, que foi produzida pela equipe da Assessoria de Comunicação do TCE/PB, o conselheiro presidente Arthur Cunha Lima destacou que o trabalho demonstra a evolução da instituição, pelo registro e reconhecimento de algumas das principais iniciativas e ações marcantes na história do Tribunal.

“Procuramos mostrar nosso Tribunal como uma construção coletiva onde cada um deu sua contribuição, respeitadas as condições e limitações de cada época. A Corte que temos hoje, que evoluiu e continua a evoluir aperfeiçoando e desenvolvendo novas ferramentas de trabalho, não é obra ou mérito de um conselheiro ou de uma gestão. É o resultado da participação de cada um, e de todos ao longo do tempo”, disse.



A versão digital da edição comemorativa dos 45 anos de instalação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba está disponível no portal do TCE/PB, no seguinte endereço: portal.tce.pb.gov.br.

Tribunal aperfeiçoa comunicação institucional

Estréia da TV TCE/PB no YouTube e forte presença nas redes sociais ampliam diálogo com público externo

Aperfeiçoar a comunicação e ampliar o diálogo com o público externo. Foram esses os objetivos do Tribunal de Contas da Paraíba, por meio da Assessoria de Comunicação, ao criar na web a TV TCE/PB. Trata-se de mais uma ferramenta corporativa que disponibiliza conteúdos produzidos a partir da tomada de decisões da instituição responsável pela fiscalização de contas e dos atos da administração pública.

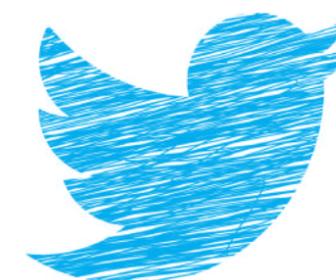
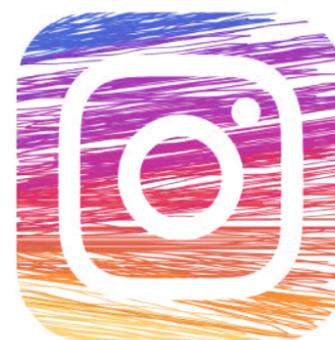
A TV TCE/PB estreou durante a realização da conferência internacional *Investimento, Corrupção e o papel do Estado – Um Diálogo*

Suíço-Brasileiro, o seu canal no YouTube. Por essa rede social de compartilhamento de vídeos, que permite transmissões ao vivo, todas as sessões plenárias do Tribunal de Contas podem ser acompanhadas em tempo real. As sessões do Pleno ocorrem sempre nas quartas-feiras e as sessões das Câmaras nas terças e quintas-feiras. Também são transmitidos pela TV todos os eventos realizados pelo Tribunal de Contas da Paraíba.

Durante a gestão 2015/2016, o TCE foi presença frequente na mídia. Em 2015 foram monitoradas 7.436 mil matérias, replicadas em jornais, sites, blogs e redes sociais. Já

em 2016, esse número subiu para 14.280. A Assessoria de Comunicação monitora diariamente as publicações a partir de suas produções e de pautas de iniciativas próprias dos veículos de comunicação e profissionais de imprensa.

A produção institucional de estudos sobre temas relevantes, o contato diário com os jornalistas de diferentes veículos e o estímulo à produção de notas, reportagens e matérias têm auxiliado o TCE/PB a se posicionar junto à sociedade. Vale destacar os espaços generosos de mídia espontânea, gerada e produzida sem aporte de recursos para aquisição de espaços comerciais e publicitários.



A Assessoria de Comunicação do TCE/PB mantém também uma agenda freqüente de contatos com profissionais que atuam nas redações dos veículos de comunicação para fomentar a produção de informações ligadas ao controle externo. Como resultado, tem aumentado o número de notícias veiculadas sobre o TCE/PB e, com isso, o índice de notícias positivas sobre a Instituição alcança, em média, 99% das inserções

VÍDEO INSTITUCIONAL – A Ascom produziu e editou um vídeo institucional que aborda a missão do Tribunal de Contas. Além de produção de outras matérias para veiculação na TV *web* e no Portal do TCE/PB.

Conectado com o TCE

REDES SOCIAIS – Assim como a TV TCE, que continua produzindo e compartilhando informações de forma transparente, as redes sociais com perfil institucional da Corte, criadas desde 2012 pela Assessoria de Comunicação, seguem na mesma direção. O TCE/PB disponibiliza à sociedade perfis amigáveis como *Twitter*

(*@tcepb*), a página no *Facebook* (*Tribunal de Contas do Estado da Paraíba/TCE/Paraíba*) e *Instagram* (*@tcepb*).

WORKSHOP E REVISTA – Todas as decisões estão relacionadas com a política de comunicação do Tribunal, traçada no Planejamento Estratégico para o período 2016/2023. Em novembro de 2015, por meio da Ascom, com apoio decisivo do presidente do TCE/PB, conselheiro Arthur Cunha Lima, foi realizado o *workshop 'Jornalismo na base de dados do TCE'*. Um seminário pioneiro, voltado aos profissionais da imprensa, mostrando como eles poderiam se utilizar de dados oficiais mais detalhados na produção de conteúdos jornalísticos.

REVISTA – Em março do mesmo ano, também foi lançada, dentro das comemorações dos 45 anos do Tribunal de Contas, uma revista com decisões, ações, programas e iniciativas da atual gestão. A publicação evidenciou as conquistas e a trajetória da Corte como uma construção coletiva, onde cada gestão deixou sua contribuição decisiva para a evolução do próprio Tribunal de Contas da Paraíba.

SERVIÇO:

CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

– Na estrutura administrativa do TCE/PB, a Ouvidoria foi instituída por meio da Lei N° 8.126/2006, na gestão do conselheiro José Mariz, e implantada em 2007, na gestão do conselheiro Arnóbio Viana.

COMO CONTATAR – Qualquer pessoa, seja jurisdicionado do Tribunal, ou cidadão, pode se comunicar com a Ouvidoria do TCE de várias formas:

Presencial ou por correspondência

Sede do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, à Rua Professor Geraldo Von Sohsten, 147, Jaguaribe | João Pessoa – PB
CEP: 58.015-190

Internet

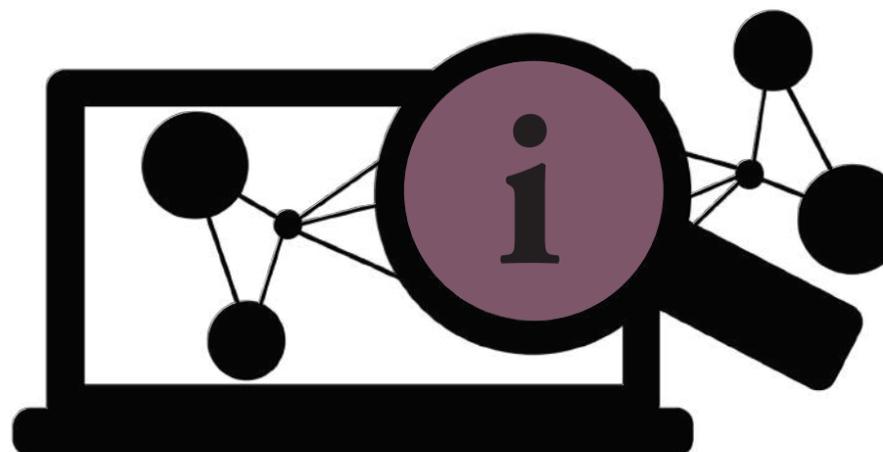
portal.tce.pb.gov.br
(aba Acesso à Informação)

E-mail

ouvidoria@tce.pb.gov.br

Telefone

0800-2863300
(Disque Ouvidoria)
ou
(83) 3208-3500
(83) 3208-3501
(83) 3208-3474





**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DA PARAÍBA**

Tel: +55 83 3208.3300 | Fax: +55 83 3208.3364
R. Prof. Geraldo Von Sohsten, 147, Jaguaribe
João Pessoa/PB

Acesse o site: portal.tce.pb.gov.br